

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
Mestrado em Educação

MARIELA IZOLAN

**INSTITUTO DONA ESCHOLASTICA ROSA (1899-1933):
A PARTIR DO “OLHAR” DE JULIO CONCEIÇÃO**

SANTOS
2013

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
Mestrado em Educação

MARIELA IZOLAN

**INSTITUTO DONA ESCHOLASTICA ROSA (1899-1933):
A PARTIR DO “OLHAR” DE JULIO CONCEIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira.

SANTOS
2013

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

I99i Izolan, Mariela

Instituto Dona Escholastica Rosa (1899-1933): a partir do olhar de Julio Conceição. / Mariela Izolan ;Orientadora: Prof.^a Maria Aparecida Franco Pereira. – 2013.

87f. ; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Arquitetura escolar. 2. Patrimônio arquitetônico. 3. Ensino profissional em Santos/SP.I. Pereira, Maria Aparecida Franco. II. Universidade Católica de Santos. III. Instituto Dona Escholastica Rosa (1899-1933): a partir do Olhar de Julio Conceição.

CDU 37(043.3)

RESUMO

Esta pesquisa integra os estudos do eixo temático História e Memória de Instituições Escolares, ligados ao LIAME - Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação, na linha de pesquisa II – do Programa de Mestrado em Educação da UNISANTOS. Tem como tema a instituição escolar sob a perspectiva de patrimônio histórico e cultural e como objeto de estudo o Instituto D. Escholastica Rosa (1899-1933), situado na cidade de Santos/SP, uma das primeiras escolas de ensino profissional no Brasil. Idealizada em 1899 e inaugurada em 1908. O balizamento histórico vai até 1933, ocasião em que o espaço alterou sua configuração inicial e público alvo, devido às novas diretrizes educacionais advindas do início da Segunda República, dentre outros fatores. O objetivo deste trabalho é analisar o projeto de implantação do espaço e da cultura, a partir do “olhar” de Julio Conceição (1899-1908) em paralelo ao processo de urbanização de Santos e identificar os demais documentos que constituem o Instituto patrimônio. A problemática está situada no estado de preservação e conservação do patrimônio, no esclarecimento sobre a história do Instituto e quanto aos níveis e instâncias de tombamento do bem, reflexo de ausência de políticas relativas à educação patrimonial. Diante deste contexto, esta pesquisa tem a intenção de identificar quais documentos constituem o Instituto D. Escholastica Rosa, patrimônio Histórico e Cultural. Como aportes teóricos são utilizados os estudos de: Le Goof (2003), sobre história e memória; de Bencosta (2007) e de Wolf (2010), sobre questões relativas à higiene “desenhando” as plantas das escolas; de Julia (2001) e Faria Filho (2000), sobre a cultura como objeto histórico; de Souza (1998), sobre a arquitetura escolar na primeira república e sua relação com a cultura das escolas; de Pereira (1996), sobre Santos nos Caminhos da Educação Popular (1870-1920); de Andrade (1995), sobre o processo de urbanização de Santos (1870-1930) e estudo da legislação referente a aspectos jurídicos relativos à Preservação, Conservação e ao Direito à Educação Patrimonial. A metodologia é de pesquisa Documental em História, com dados coletados em arquivos. Foram analisados os contextos social, político e econômico da cidade de Santos na Primeira República, através de pesquisa bibliográfica. Selecionados os documentos - regulamento, fotos, as plantas do prédio – assou-se a refletir o ordenamento espacial e temporal do fenômeno educativo. Os dados coletados foram analisados a partir das categorias “Arquitetura Escolar e Patrimônio”, relativas às duas dimensões estudadas e apresentados em três capítulos. Como resultado foram identificados: a história do projeto de implantação do Instituto (1899 a 1908), a arquitetura escolar e seus preceitos que ordenaram o espaço, organizaram o tempo e especificidades relativas ao ensino profissional nas artes e ofícios (1908 a 1933). O prédio pertencente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, atualmente administrado de CEETEPS, necessita de manutenção e possui tombamento completo em nível Municipal – CONDEPASA e junto ao CONDEPHAAT-Governo do Estado de SP. A Constituição Federal dispõe de mecanismos jurídicos que conferem ao bem proteção, independente de prévio tombamento.

PALAVRAS-CHAVE: ARQUITETURA ESCOLAR – ENSINO PROFISSIONAL EM SANTOS/SP – PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

DONA ESCHOLASTICA ROSA INSTITUTE (1899-1933): FROM THE “LOOK” OF JULIO CONCEIÇÃO

ABSTRACT

This research includes studies of the History and Memory of School's Institutions thematic, linked to “LIAME” – Information Laboratory, Archive and Memory of Education, in the search line II – from the Masters Program in Education UNISANTOS. It's theme is the academic institution from the standpoint of historical and cultural heritage and as an object of study, the Institute D. Escholastica Rosa (1899-1933), located in the city of Santos/SP, as one of the first schools of vocational education in Brazil. It was conceived in 1899 and opened in 1908. The historic marking goes until 1933, a time when the space and target audience changed its initial configuration due to the new educational guidelines resulted from the Second Republic, among other factors. The objective of this paper is to analyze the design of implantation space and culture, from the "look" of Julio Conceição (1899-1908) in parallel to the process of urbanization of Santos and well as to identify other documents that constitute the heritage Institute. The problem lies in the state of preservation and heritage conservation, awareness about the history of the Institute and the levels and instances of heritage listing, reflecting the absence of policies related to heritage education. Given this context, this research intends to identify: What documents constitute the Institute “D. Escholastica Rosa” Historical and Cultural patrimony? As theoretical contributions the following studies are used: Le Goof (2003) on history and memory, Bencosta (2007) and Wolf (2010) on issues relating to hygiene "drawing" plants of schools; Julia (2001) and Faria Filho (2000) on the culture as a historical object, and Souza (1998) about the architecture school in the First Republic and its relationship to the culture of schools; Pereira (1996) on “Santos in the Ways of Popular Education” (1870-1920), Andrade (1995), about the urbanization process of Santos’ (1870-1930) and study of the legislation on legal issues relating to the preservation, conservation and the right to education equity. The methodology is as a documentary research. As procedures and techniques: We analyzed the social, political and economic development of the city of Santos in the first Republic, through a literature review. Selected documents: regulation, photos, plants of the building, reflecting the spatial and temporal phenomenon of education. Data were analyzed from the categories on the two dimensions studied and presented in three chapters. As result, the Institute's history and planning of the project were analyzed (from 1899 to 1908), as well as the school architecture and its precepts that ordered space, time and organized the specificities of vocational education in the arts and crafts from 1908 to 1933. The building belongs to the “Santa Casa Misericórdia de Santos” Brotherhood, currently administered by CEETEPS, in deep need of maintenance and is already Heritage listed, in Municipal level by CONDEPASA, and standardization by the Government of São Paulo State - CONDEPHAAT. The Federal Constitution provides the legal mechanisms that confer protection to the property, regardless the prior Heritage listing.

KEYWORDS: SCHOLAR ARCHITECTURE – PROFESSIONAL TEACHING-TECHNICAL COURSES IN SANTOS/SP – ARCHITECTURAL HERITAGE

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 01:</i>	Capa da Monographia de Julio Conceição	17
<i>Figura 02:</i>	Benemérito João Octavio dos Santos	19
<i>Figura 03:</i>	Julio Conceição	20
<i>Figura 04:</i>	Rio Conrado, ao fundo da propriedade de João Octávio	21
<i>Figura 05:</i>	Planta do local do projeto de implantação em 1904 (Rio Conrado ao centro) fornecida pela comissão de saneamento	22
<i>Figura 06:</i>	Hotel Internacional no início do século XX, localizado na praia do José Menino	22
<i>Figura 07:</i>	Fachada da Santa Casa na Av. São Francisco. Fonte: Acervo digital pessoal da autora	24
<i>Figura 08:</i>	Saturnino de Brito	26
<i>Figura 09:</i>	Vista parcial de Santos em 1895	26
<i>Figura 10:</i>	Planta de Santos em 1896, defendida pela Câmara Municipal	27
<i>Figura 11:</i>	Planta de Santos de 1910, elaborada por Saturnino de Brito	27
<i>Figura 12:</i>	Dr. Guilherme Álvaro. Fonte: Centro de documentação da UNISANTOS	28
<i>Figura 13:</i>	Ramos de Azevedo	32
<i>Figura 14:</i>	Folha de rosto e sumário do projeto do prédio em 1904	34
<i>Figura 15:</i>	Solenidade de despojo de restos mortais em 1907	35
<i>Figura 16:</i>	Urnas (abaixo da estátua)	36
<i>Figura 17:</i>	Estátua de João Octavio em 1907	37
<i>Figura 18:</i>	Estátua de João Octavio em 2010	37
<i>Figura 19:</i>	Planta 1: Fachada sobre o mar. Fonte: Conceição (1908)	41
<i>Figura 20:</i>	Foto da Fachada em 1907	42
<i>Figura 21:</i>	Planta 2: Planta Geral. Fonte: Conceição (1908)	42
<i>Figura 22:</i>	Planta 3: Planta do 2º pavimento – Administração	43
<i>Figura 23:</i>	Planta 4 – Economia – 1º e 2º pavimentos	43
<i>Figura 24:</i>	Vista lateral do Instituto	44
<i>Figura 25:</i>	Um dos dormitórios	44
<i>Figura 26:</i>	Pátio interno	45
<i>Figura 27:</i>	Galerias de comunicação para os pavilhões	45
<i>Figura 28:</i>	Uma das salas de estudo do curso preliminar	45
<i>Figura 29:</i>	Planta 5: Alojamento dos alunos no segundo pavimento	46
<i>Figura 30:</i>	Pátio dando visão externa da cozinha, refeitórios e outras dependências	47
<i>Figura 31:</i>	Cozinha	47
<i>Figura 32:</i>	Planta 6: Fachada da residência do Diretor	48
<i>Figura 33:</i>	Planta 7: Casa do Diretor	48
<i>Figura 34:</i>	Fachada do gymnasio, casa do diretor, do pessoal e da lavanderia	49
<i>Figura 35:</i>	Planta 8: Fachada do Ginásio	49

<i>Figura 36:</i>	Planta 9: Ginásio e Lavanderia	50
<i>Figura 37:</i>	Foto da oficina de marcenaria e carpintaria. Fonte: Conceição (1908)	52
<i>Figura 38:</i>	Vista parcial de Santos em 1928	57
<i>Figura 39:</i>	Vista parcial de Santos em 1928, detalhe do desabamento sob a Santa Casa	58
<i>Figura 40:</i>	Primeira página do jornal santista A Tribuna, em 11 de março de 1928	58
<i>Figura 41:</i>	Parte da fachada da Casa do Diretor em 2011	62
<i>Figura 42:</i>	Fachada da casa do diretor em 2011, e ao fundo (à esquerda) o prédio da antiga lavanderia atualmente almoxarifado da FATEC “Rubens Lara”	62
<i>Figura 43:</i>	Tipos de madeira deteriorados por cupins	62
<i>Figura 44:</i>	Placa de bronze Av. São Paulo 1934 em 2010	63
<i>Figura 45:</i>	Lado direito da fachada da casa do diretor em 2011. Fonte: Produzido pela autora em 2011	63
<i>Figura 46:</i>	Parede sem a placa em 2011	64
<i>Figura 47:</i>	Detalhe parede sem a placa em 2011	64
<i>Figura 48:</i>	Vista parcial da lateral esquerda do prédio em 2012	65
<i>Figura 49:</i>	Vista parcial da lateral esquerda do prédio em 2012	65
<i>Figura 50:</i>	Vista do pátio e estátua em 2008, ocasião da comemoração do centenário de fundação do Instituto	65

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 01</i>	– Locais de funcionamento dos hospitais de Santos ligados à Irmandade (1543-1945)	24
<i>Quadro 02</i>	– Demonstrativo de crescimento populacional na Cidade de Santos (1828-1919)	29
<i>Quadro 03</i>	– Principais epidemias em Santos de 1850 a 1919	30
<i>Quadro 04</i>	– Óbitos por doença (1892-1907)	30
<i>Quadro 05</i>	– Óbitos por doença (1892-1907)	31
<i>Quadro 06</i>	– Curso preliminar: matérias do curso preliminar no Instituto D. Escholastica Rosa	51
<i>Quadro 07</i>	– Curso profissionais no Instituto D. Escholastica Rosa - Artes e Ofícios	52
<i>Quadro 08</i>	– Pessoal da área administrativa no Instituto D. Escholastica Rosa: cargos e suas atribuições	55
<i>Quadro 09</i>	– Aulas disponíveis ao corpo docente	56
<i>Quadro 10</i>	– Lista de Documentos analisados	69
<i>Quadro 11</i>	– Lista de documentos anexos que integram a Monographia de Julio Conceição	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEETEPS – Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza”

CONDEPASA – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

ETEC – Escola técnica

FATEC – Faculdade de tecnologia

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Santos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LIAME – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação – Mestrado em Educação – UNISANTOS

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – História da construção do prédio (1899-1908)	18
1.1 A idealização	19
1.1.1 João Octávio dos Santos: O Benemérito e seu testamento	19
1.1.2 Júlio Conceição: o testamenteiro	20
1.1.3 A Santa Casa de Misericórdia de Santos: a proprietária do imóvel	24
1.2 O desafio da definição do local e do projeto de implantação	25
1.2.1 Engenheiro de saneamento Dr. Saturnino de Brito: Comissão de Saneamento	25
1.2.2 Médico sanitaria Dr. Guilherme Álvaro: Comissão Sanitária	28
1.2.3 Engenheiro arquiteto Dr. Ramos de Azevedo: o projeto de implantação inserindo os conceitos de Arquitetura Escolar	32
1.3 A solenidade em homenagem à memória de João Octávio dos Santos em 1907 e a inauguração do prédio (1908)	35
CAPÍTULO 2 – Arquitetura Escolar, Ensino Profissional no Instituto D. Escholástica Rosa e a organização do tempo e do espaço a partir do “olhar” de Júlio Conceição	38
2.1 A infra-estrutura: imagens e descrição	41
2.2 O ensino no Instituto D. Escholástica Rosa	50
2.2.1 Cursos e Divisões: curso preliminar, cursos práticos e atividades Complementares	50
2.2.2 Biblioteca e museu	53
2.2.3 A educação moral e cívica	53
2.2.4 A avaliação através de exames e o incentivo através de mérito	54
2.3 O pessoal administrativo e o corpo docente	54
2.3.1 Pessoal administrativo: cargos e atribuições	55
2.3.2 Corpo docente	56
2.3.3 Médico e dentista	56
2.3.4 Vagas e preenchimentos: perfil dos funcionários e corpo docente	56
2.4 A reforma do prédio (1933-1934) – A transformação do estilo e do espaço: resposta a um novo ordenamento social instituído com o início da Segunda República	57

CAPÍTULO 3 – Documentação que constitui o complexo arquitetônico da atual ETEC “D. Escolástica Rosa” Patrimônio	60
3.1 Estado atual do patrimônio	60
3.1.1 O Centro de Memória	60
3.1.2 O prédio: estado atual de conservação do bem	61
3.2 Aspectos político-legais na preservação, conservação e proteção do bem histórico e cultural	66
3.3 Documentação referente ao tombamento do Instituto D. Escolástica Rosa	68
3.4 Quadros de documentos analisados	69
CONSIDERAÇÕES	76
Referências documentais (fontes primárias)	78
Referências bibliográficas	78
ANEXO I – Lista de títulos do acervo da biblioteca	80
ANEXO II – Lista do pessoal administrativo e do corpo docente do Instituto D. Escolástica Rosa (1908)	84

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a instituição escolar sob a perspectiva de patrimônio histórico e cultural, e como objeto de estudo, o Instituto D. Escolastica Rosa, localizado na cidade de Santos/SP, uma das primeiras escolas de ensino profissional no Brasil e a primeira da região da Baixada Santista, inaugurada em 1º de janeiro de 1908.

A administração do Instituto ficou a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Santos até 1933, ocasião em que foi firmada parceria, por cinquenta anos, junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em 2003, o Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS, vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, locou o imóvel e o Instituto passou a se chamar ETEC “Dona Escolástica Rosa”. O CEETEPS é proprietário de parte do complexo arquitetônico, onde atualmente se situam a FATEC “Rubens Lara” e a ETEC “Aristóteles Ferreira”, da qual sou docente no ensino profissionalizante e médio, nas áreas de comunicação, marketing, filosofia e ética e cidadania organizacional.

Meu interesse pelo tema iniciou-se ao participar do evento comemorativo aos cem anos de inauguração do prédio, em 2008, organizado pelos professores responsáveis na época pelo Centro de Memória do Instituto Dona Escolastica Rosa, ligado ao Clube de Memórias do CEETEPS. Na ocasião organizei visitas técnicas com alunos do ensino médio e técnico. Nos anos de 2009 e 2010, foram realizadas novas visitas técnicas, despertando minha curiosidade em saber mais sobre a história do prédio que atualmente abriga a ETEC “Dona Escolástica Rosa”.

O imóvel que ainda é de propriedade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, está se deteriorando sem a manutenção adequada e não há consenso na comunidade escolar sobre os níveis e instâncias de tombamento. Mesmo funcionários e professores mais antigos não têm clareza sobre o patrimônio e o que ele representa. Os galpões oriundos da ampliação do prédio (1933-1934) foram parcialmente recuperados, porém com alterações do estilo arquitetônico original e a maior parte do espaço encontra-se ocioso e necessitando de restauração. Mas, o que mais chamou minha atenção foi o abandono do parque gráfico, com equipamentos remanescentes de 1908. Sou publicitária e a tipografia lá existente é um conjunto de relíquias, com alguns equipamentos com possibilidade de pleno funcionamento.

A gráfica desativada do Instituto sobrevive na memória dos santistas, como uma das principais gráficas da cidade no século XX.

Diante deste contexto esta pesquisa tem a intenção de identificar: “Quais documentos constituem o Instituto D. Escholastica Rosa, patrimônio Histórico e Cultural?”.

A pesquisa foi organizada em duas dimensões:

1^a) Parte dos pressupostos teóricos e aspectos políticos e legais relacionados a Patrimônio, que em sua etimologia refere-se à herança de família. Patrimônio cultural reflete a herança de um povo para as futuras gerações e se refere a aspectos materiais e culturais;

2^a) A da história da construção do prédio em paralelo ao processo de higienização e urbanização da cidade de Santos (1899-1908). A França na segunda metade do séc. XIX também foi acometida pelos mesmos problemas que a cidade de Santos atravessou no final do mesmo século, ocasião em que os franceses decidem formar as comissões multidisciplinares e audiências públicas, fomentando processos democráticos, as publicações nos jornais (além de fazer parte do processo da administração pública), propiciavam a divulgação dos fundamentos do higienismo como prevenção, envolvendo políticos, engenheiros e médicos sanitaristas, professores e a sociedade.

Dentre os pressupostos teóricos, destaco os relacionados ao higienismo e a conceitos e normas da Arquitetura Escolar, salientados por Paul Planat, citados por Silvia Wolf, ao se referir ao regulamento elaborado na França em 1880, contemplando aspectos referentes à: implantação e escolha do terreno, orientação solar, sistema de iluminação natural das salas de aula, esquema de circulação de ar, áreas de pátio de recreio e localização em quantidade de sanitários. (Planat apud Wolff, 2010).

A arquitetura escolar, a organização do espaço e o ordenamento do tempo são analisados a partir do Testamento, das plantas do prédio (1904), das fotos (1907), do regulamento (1908-1933), e através da identificação e análise dos fatores externos ao Instituto que influenciam na alteração da cultura e conduziram a um novo ordenamento (1928-1933).

O balizamento histórico vai até 1933, ocasião em que o espaço alterou sua configuração inicial e público alvo, devido às novas diretrizes advindas do início da Segunda República, dentre outros fatores.

As dimensões se relacionam aos objetivos específicos da pesquisa. No intuito de responder à questão que orienta esta pesquisa foram formuladas questões analíticas, que surgiram no seu decorrer: “Qual a história do projeto de implantação do Instituto D. Escholastica Rosa (1899-1908)?”; “Como os conceitos da higiene organizaram o espaço escolar?”; “Como era a organização do tempo e do espaço no fenômeno educativo do ensino profissional (1908-1933)?”; “O que era ensinado?”; “Qual era o perfil dos professores e funcionários em relação a sua formação e experiência profissional e quais fatores alteraram esta configuração a partir de 1933?”; “Qual o estado atual do patrimônio?”; “Quais aspectos político-legais relacionados à preservação, conservação e ao direito à educação patrimonial se referem ao bem cultural ambiental?”.

Para respondê-las, foram utilizados abordagens, instrumentos de coleta e análise de dados diferenciados, que serão apresentados no decorrer dos capítulos.

O objetivo deste trabalho é analisar o projeto de implantação do espaço e da cultura, a partir do “olhar” de Julio Conceição (1899-1908) em paralelo ao processo de Urbanização de Santos e identificar os demais Documentos que constituem o Instituto patrimônio.

A metodologia é de pesquisa documental em história.

Os dados foram coletados principalmente nos arquivos: do Instituto D. Escholastica Rosa, do Centro de Documentação da Unisantos; do LIAME – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação da Unisantos; nos arquivos: Iconográfico e Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos; do Governo do Estado de SP e na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Os documentos e fontes analisados no decorrer desta pesquisa estão listados no Capítulo 3 desta dissertação.

A análise do estado do Patrimônio teve como olhar orientador, os documentos, as políticas e a legislação que confere proteção ao bem e relativas ao direito à Educação Patrimonial.

Foram analisados os contextos: econômico, político e sócio ambiental da cidade de Santos na Primeira República (1899-1930), através de pesquisa bibliográfica e iconográfica. Seleccionados os documentos: regulamento, fotos, as plantas do prédio de (1908-1933), refletindo parte da cultura escolar e especificidades relativas ao ensino profissional.

A historiografia tem analisado o tema das relações entre história e memória e suas distinções.

Dos autores que contribuíram com a realização desta pesquisa e dos pressupostos teóricos que a orientam, ressaltam-se os Ensaio de Jacques Le Goff (2003) sobre história e memória que trazem reflexões sobre o valor da memória coletiva, pois memória é

necessariamente coletiva e está relacionada a grupos como, por exemplo, família, comunidade, lugar ou escolas entre outros, e que a ausência dela, a amnésia, tanto individual como coletiva representa sérios riscos.

Para o autor “Memória é um jogo dialético entre a lembrança e o esquecimento, e esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (Le Goff, 2003, p. 469).

Memória é seletiva e susceptível a todas as utilizações e manipulações, pois Memória é vida sempre corporificada em corpos vivos e, deste modo, em evolução permanente, aberta a dialética da lembrança e da amnésia inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, susceptível de longas latências e revitalizações repentinas (...) (Le Goff, 2003, p. 469).

A memória é importante enquanto meio de obter a identidade; a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. [...] A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (Le Goff, 2003, p. 470)

Nas concepções de Le Goff, memória não pode ser confundida com passado, pois é a construção seletiva do passado, feita pelas pessoas do presente, cabendo ao historiador a análise dos substratos da memória, na busca dos fragmentos e vestígios do passado, pois esta ciência considera que o passado é algo irrecuperável em sua integralidade.

No mesmo livro, o último ensaio é sobre o Documento/Monumento, o autor passa a defender a tese da concepção Monumental do Documento. Para Jacques Le Goff (2003, pág.525): “os documentos têm uma concepção monumental à medida que ‘guardam’ a memória coletiva de um determinado período”. Para o autor os materiais da memória coletiva e da história, defendendo a tese que a memória coletiva e sua forma científica a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. A construção da história não seria possível sem suportes da memória coletiva. Atualmente o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, relacionando-os a outros vestígios e conjunto de monumentos, fatos e evidências; analisando criticamente as contradições entre verdadeiro e falso, à luz das condições e meios de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.

Ampliando as concepções de fontes históricas, Antonio Joaquim Severino (2007, p.124) define e descreve o que a historiografia entende por documento:

[...] em ciência, documento é todo o **objeto** (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, etc.) que se torna **suporte material** (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma **informação** (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nele é fixada mediante **técnicas especiais** (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção, etc.). Nesta condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados.

Para analisar o contexto sócio ambiental, econômico e o processo de urbanização da cidade em paralelo à construção do prédio, foram analisados:

Os estudos do Dr. Guilherme Álvaro (1919), no livro “A campanha Sanitária, suas causas e efeitos”, pois o médico participou da Comissão da Santa Casa que acompanhava as obras de construção do Instituto, veio residir em Santos em 1904, ocasião que recebeu o convite de Campos Sales, então Presidente do Estado de São Paulo, para chefiar a Comissão Sanitária da cidade trabalhando em parceria com o Eng. Saturnino de Brito, que já era encarregado em chefiar a Comissão de Saneamento.

A tese de doutorado de Wilma Therezinha Andrade, “Santos: Urbanismo na época do Café 1889-1930” (1995), contribuiu para o maior entendimento deste contexto.

Para analisar o contexto educacional da cidade no período, o livro de Maria Aparecida Franco Pereira: “Santos nos Caminhos da Educação Popular” (1990), o artigo “O Comércio cafeeiro na praça de Santos 1870-1920” (1995), e o estudo sobre o intelectual, político, comerciante, benemérito de diversas instituições filantrópicas “Julio Conceição, um grande homem” (1990).

O livro de João Emílio Gerodetti e Carlos Cornejo, “Lembranças de São Paulo: O Litoral Paulista em Cartões Postais e Albuns de Lembranças” (2001), devido ao grande acervo iconográfico ao proporcionar a ilustração através das imagens da realidade histórica estudada.

Para analisar a Arquitetura Escolar, os livros “A Invenção do Cotidiano” (2012) e “A Escrita da História” (2011), de Michel de Certeau, foram importantes para delimitar o campo de estudo com sua distinção entre espaço e lugar e seu entendimento sobre o Discurso da História.

Para análise da Arquitetura Escolar, sua monumentalidade, aspectos relacionados ao higienismo e pedagógicos foi utilizado o livro de Silvia Ferreira Santos Wolf, “Escolas para a Primeira República: Os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas”

(2010). Ainda neste contexto, proporcionando o “deslocamento do olhar” do lugar sobre o objeto de estudo (Arquitetura Escolar do Instituto) para o espaço das práticas dos sujeitos que lá viviam, foi de grande contribuição os livros de Rosa Fátima de Souza, “Templos de Civilização: A implantação da Escola Graduada no Estado de São Paulo 1890-1910” (1998); de Luciano Mendes de Faria Filho, “Dos Pardieiros aos Palácios: Cultura Escolar Urbana em Belo Horizonte na Primeira República” (2000) e de Marcos Levy Albino Bencosta, “Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários Históricos” (2007). E o artigo de Dominique Julia, “A Cultura como objeto Histórico” (2001).

Os principais suportes materiais desta pesquisa são:

1. O prédio do Instituto Escholastica Rosa (1908);
2. A estátua de João Octávio dos Santos, localizada no centro no Instituto;
3. O Testamento do benemérito;
4. A Monographia de Julio Conceição.

O Testamento de 1899 (contendo 5 páginas) de João Octavio dos Santos, escrito aos 69 anos, 6 meses antes de seu falecimento, com lucidez, porém doente, destina sua fortuna, sem herdeiros descendentes ou ascendentes. Por ser um embrião do Instituto, é um documento importante, registrado pelo Tabelião em 12 de dezembro de 1899, na presença de Julio Conceição, seu procurador desde 14 de novembro de 1896. O Testamento detalhadamente cria o Instituto D. Escholastica Rosa, sugere sua localização; a administração a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Santos, legando a ela a maioria de seus bens, proporcionando todas as condições para a sua manutenção perpétua (fato que aconteceu até 1933). Nomeia como executor do testamento seu amigo e compadre Julio Conceição, define as atribuições do Diretor e professores, que deveriam residir no local. Estabelece as condições para admissão, bom tratamento aos alunos, fornecendo a eles moradia, alimentação, enxoval completo. Previa o período de permanência dos alunos, funcionamento das oficinas, disciplina, respeito a frequência e a vocação e aptidões dos alunos, a realização de exames oficiais e sua publicação da imprensa, dia de visitas pela comunidade, atividades pedagógicas, organizando o tempo escolar. Previa também a premiação por mérito dos alunos.

Toda a execução do testamento, as ações, investimentos, orçamentos, materiais, prestação de contas, atas, fotografias, plantas, registros em cartórios e ações judiciais, estão detalhadamente especificados em documento denominado “Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia”, escrita por Julio Conceição no período de (1899-1908), formato 18cm X 26cm, contendo 293 páginas. Este documento é um dos principais suportes do presente

trabalho. Foi utilizado o exemplar pertencente ao IHGS (Instituto Histórico e Geográfico de Santos), que apresenta um bom estado de conservação.

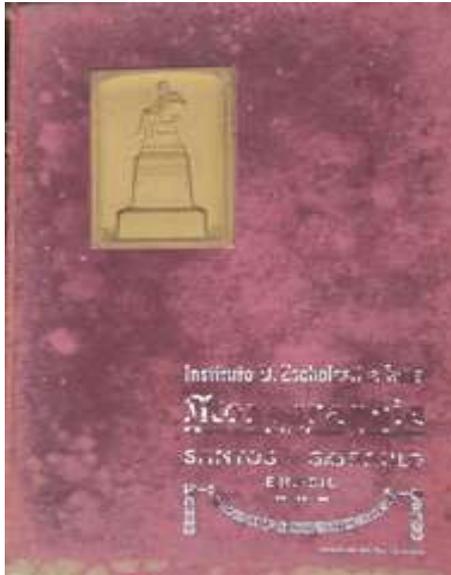


Figura 01: Capa da Monographia de Julio Conceição.

Fonte: Imagem produzida pela autora.

Os dados coletados foram analisados a partir das categorias de análise de dados relativas às categorias: Arquitetura Escolar e Patrimônio, e apresentadas em três capítulos:

O **capítulo 1** refere-se a 1899-1908, período em que o prédio o Instituto Dona Escholastica Rosa foi idealizado, definido sua localização e o projeto de implantação, construído e inaugurado; à luz dos conceitos e normas da arquitetura escolar. A intenção é demonstrar como os preceitos da higiene, tão valorizados devido ao contexto insalubre da cidade de Santos, dentre outros fatores, organizaram o espaço e a implantação de uma nova cultura, a do ensino profissional.

O **capítulo 2** analisa a arquitetura escolar do Instituto e seus reflexos na organização do fenômeno educativo do ensino profissional, na tentativa de compreender como era estrutura escolar (alunos, docentes e funcionários) e a organização do tempo e do espaço em oficinas e disciplinas escolares. A arquitetura escolar do Instituto, aliada ao regulamento (1908-1933), refletem traços da cultura lá vivenciada. O balizamento histórico vai até 1933, ocasião em que o espaço alterou sua configuração e público, transformando seu estilo arquitetônico original. E identifica fatores externos ao instituto que influenciaram na alteração da cultura e conduziram a um novo ordenamento (1928-1933);

No **capítulo 3** é identificada a documentação que constitui o Instituto Dona Escholastica Rosa, patrimônio histórico e cultural. Os aspectos jurídicos na preservação e proteção do bem histórico e cultural. E o atual estado do patrimônio, principalmente através da iconografia.

CAPÍTULO 1

História da construção do prédio (1899-1908)

No contexto econômico da época, o porto de Santos se destacava no cenário nacional e internacional, por estar no centro econômico de comercialização e escoamento da produção do café que era produzido no Estado de São Paulo, principal atividade econômica do período.

A cidade passa a se desenvolver a partir da criação da linha férrea entre Santos e Jundiaí, em 1867; a população de 9.191 habitantes em 1872, cresce para 75 mil habitantes em 1910, chegando a 100 mil habitantes em 1919, conforme recenseamento, publicado nos estudos do Dr. Guilherme Álvaro (1919). No final do Império, em 1889, o interior paulista detinha 9.000 km de ferrovias.

Com forte envolvimento político e social, as personalidades a seguir apresentadas contribuíram para que o prédio fosse construído e financiado pelos frutos da riqueza do café, estando atentos às questões urbanísticas, de saneamento e sanitárias. O estudo de Pereira (1995, p.32) identifica que: “A praça cafeeira esteve sempre solidária com o desenvolvimento da cidade. O seu progresso caminhou ‘pari-passu’ com a riqueza da comercialização do café”.

Julio Conceição, amigo e compadre de João Octavio dos Santos, contribuiu executando o testamento. Documenta a difícil empreitada de construir um prédio em local alagado e com rio aos fundos, sem nenhuma imunidade tributária ou subvenção dos Governos Municipal ou Estadual, com recursos integralmente privados, em instituição que era de interesse público: o ensino profissional dedicado a atender ao ideário da infância pobre e desvalida. Na perspectiva do Instituto, contemplar esta demanda social defendia um discurso positivista, por outro lado, era necessário formar mão de obra para atender os interesses econômicos.

O Eng. Dr. Saturnino de Brito contribuiu no processo de urbanização e saneamento de Santos. É de seus estudos, para a Companhia de Docas, que Julio Conceição se apropria para fundamentar e questionar a construção do Instituto no ramal da Ponta da Praia, Julio Conceição, deixa claro e registrado que construiu naquele local contra sua vontade, devido à insalubridade, porém, teve que acatar a decisão da Comissão da Santa Casa que acompanhava a execução do testamento (1908, doc. 14 mar 1904). O Médico Sanitarista Dr. Guilherme

Álvaro, Presidente da Comissão Sanitária do Estado de São Paulo, participou da comissão da Santa Casa que acompanhou as obras do prédio de 1905 a 1908.

O Engenheiro Arquiteto Ramos de Azevedo, assinou o projeto arquitetônico do Instituto, atento as normas da arquitetura escolar, que passara a ter identidade própria e se diferenciava dos demais prédios públicos por suas peculiaridades. Na década anterior, foi responsável por terminar a construção da Escola Normal de São Paulo, primeira grande obra da Primeira República utilizando tais normas.

1.1 A idealização

1.1.1 João Octavio dos Santos: O Benemérito e seu testamento

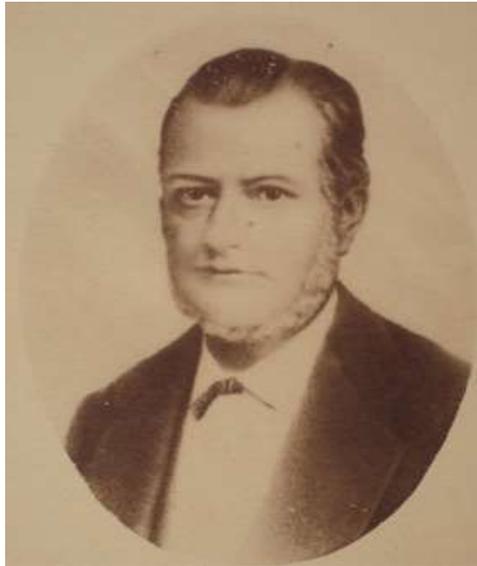


Figura 02:
Benemérito João Octavio dos Santos

Fonte: Conceição (1908)

O Instituto foi idealizado por seu benemérito João Octavio dos Santos (Santos, 1830-1900), o qual especifica detalhadamente em seu testamento (1899) todo o perfil do aluno: “órfão de sexo masculino, que receberia um enxoval na chegada, o perfil e atribuições dos docentes e funcionários, e que o Diretor e funcionários deveriam residir no local, que o ensino seria organizado em estudos teóricos e nas oficinas e todas as orientações, e principalmente que todos os alunos seriam tratados com desvelo e carinho, boa alimentação e cuidados especificados, orientações que dariam origem ao regulamento”.

[...] e declaro que, sendo minha vontade perpetuar a memória de minha falecida Mãe [...] criar um instituto destinado à educação intelectual e profissional de meninos pobres [...] e que se denominará Instituto D. Escholastica Rosa [...] será erecto na chácara de minha actual residência no Ramal da Ponta da Praia ou onde melhor possa convir [...].

Nomeou como testamenteiro Julio Conceição, o qual instruiu João Octávio sobre os aspectos educacionais a serem implantados, dentro do que era considerado o de melhor e mais moderno na época (dados registrados na monografia escrita por Julio Conceição, 1908). Legou à Santa Casa de Misericórdia de Santos, da qual fora provedor por cerca do vinte anos, a maior parte de seus bens, direitos, custeio e manutenção perpétua do prédio. Faleceu seis meses após registrar o testamento.

1.1.2 Júlio Conceição: o testamenteiro



Figura 03: Júlio Conceição.

Fonte: Pereira (1990)

Julio Conceição (Piracicaba, 1864 - Santos, 1938); homem rico, membro da monarquia cafeeira, filho do Barão de Serra Negra, político e de sólidos valores éticos e morais, documentado em suas ações, foi fundador benemérito de diversas instituições filantrópicas no decorrer de sua vida, dedicou-se fielmente a executar a vontade do amigo, João Octavio dos Santos, inaugurando o Instituto D. Escholastica Rosa em 1º de janeiro de 1908:

[...] neto e filho de cafeicultores, com idade de 18 anos, em 1882 veio trabalhar na comissaria de café de sua família [...] Na terra santista, com grande porto exportador, centro fervilhante dos negócios do café, mostrou-se homem de descortino, dinâmico e empreendedor [...] era um exemplar típico da elite paulista agro-exportadora. (PEREIRA, 1990, p.18-19).

Julio Conceição (1908), com a intenção de gerar memória, seleciona documentos que se referem à prestação de contas auditada e sentenciada pelo juiz da 1ª. Vara. O outro aspecto

é a vasta documentação para comprovar que o local não era o mais indicado ou adequado. Julio Conceição, seriamente preocupado com questões sanitárias, buscava que o local oferecesse reais condições de higiene e salubridade, em conformidade com preceitos da pedagogia, conforme (doc. 13, fev/1904).

Em ofício enviado à Comissão da Santa Casa, Julio Conceição, salienta seu esforço, informa o patrimônio equivalente a mil contos de reis e apresenta três projetos para estudos, encaminhados pelo engenheiro Nicolau Spagnollo: O primeiro – o local preferido pela Comissão desta Santa Casa, e que considero de todo impróprio, é o prédio do centro da cidade, à Rua da Constituição, 82.

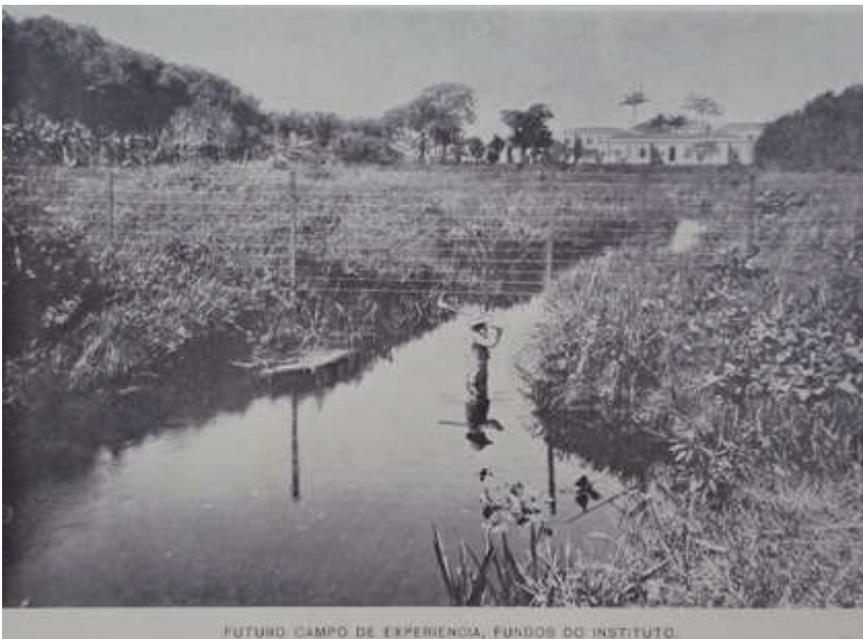


Figura 04: Rio Conrado, ao fundo da propriedade de João Octávio.

Fonte: Conceição (1908)

As obras de saneamento para desvio das águas que a Camara Municipal pretendeu fazer alli naquelle charco, lá estão á vista de quem quizer, inutilizadas por completo, e o rio Conrado sempre no seu velho curso. Essas obras constavam do fechamento de um boeiro por onde passava o rio para a chácara de João Octavio, a 200 metros mais ou menos do edificio, no caminho da antiga linha de bondes. Não existe aqui e alli uma pá siquer de aterro da Camara. Os aterros da parte saneada do Instituto foram sempre feitos á custa o espolio e á minha particular. Para aterrar a lagoa alli existente, era bem de ver a imprescindível necessidade da canalização do rio, trabalho que requeria grande dispêndio, segundo o final do doc. n.19 e a informação do próprio contractante das obras da camara (Doc. n. 44, cap. X). (Conceição, 1908, cap. V)

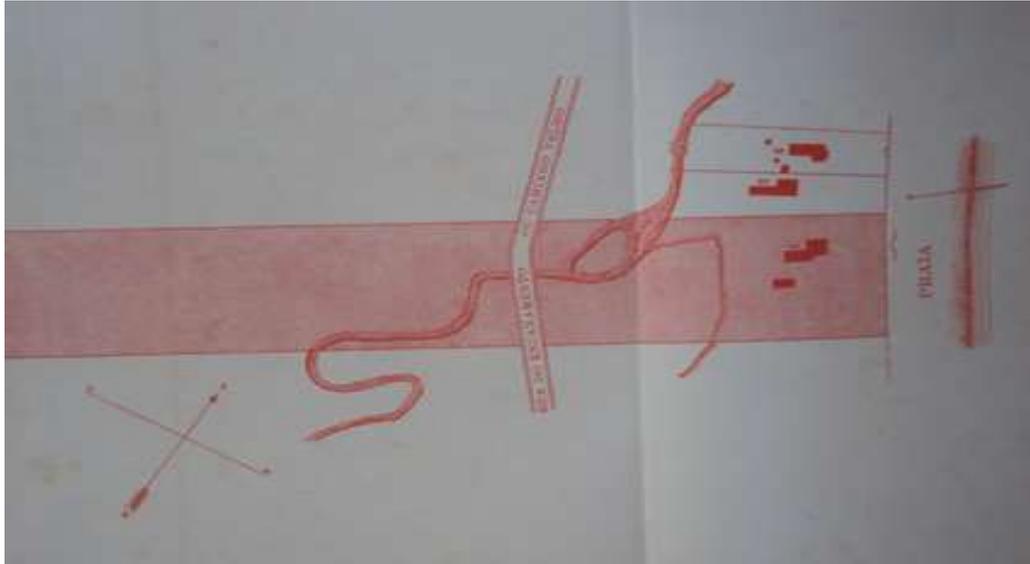


Figura 05: Planta do local do projeto de implantação em 1904 (Rio Conrado ao centro) fornecida pela comissão de saneamento.

Fonte: Conceição (1908)



Figura 06: Hotel Internacional no início do século XX, localizado na praia do José Menino.

O segundo projecto é referente ao Hotel Internacional (figura 6), na aprazível praia do José Menino. Desnecessário seria que eu salientasse as vantagens dessa localização, a mais higienica e salubre de Santos, com largo espaço para recreio dos alunos e passeios ao ar livre. E o terceiro, documenta sua resistência em construir o prédio no local sugerido pelo testador (Ponta da Praia) devido ao Rio Conrado (figuras 4 e 5) correr ao fundo da propriedade (onde atualmente está localizada a ETEC “Aristóteles Ferreira”). Argumentando que iria forçar patrimônio ao sacrifício enquanto, o Hotel Internacional ao contrário, virá enriquecer a instituição com mais uma propriedade de grande valor. Porém, o parecer da Comissão da Santa Casa, nega o pedido argumentando: O rio Conrado já não oferece inconveniente, pois a Camara Municipal mandou canalisar esse rio exatamente na parte em que ocupava terreno da chácara, fazendo assim desaparecer algum mal.

A comissão optou em satisfazer a vontade do benemérito, e decide optar por construir o Instituto na Ponta da Praia, (doc. 14, 10/mar/1904)), inclusive alegando que por Julio Conceição (1908, cap. V) ser proprietário de um hotel (Balneário), queria comprar o Hotel Internacional, para acabar com a concorrência, fato relatado por Julio Conceição ao expor as dificuldades e desafios encontrados ao administrar o espólio.

Inconformado, Julio expede ofício, à Comissão Sanitária (doc. 17, mar/1904) e à Comissão de Saneamento (doc. 18, mar/1904), ambos de mesmo teor, solicitando parecer sobre a insalubridade do local, Por ofício recebido da Santa Casa desta cidade, insiste esta instituição de caridade em localizar na Ponta da Praia, nº. 62 o Instituto D. Escholastica Rosa. De imediato vem as respostas: no (doc. 19, mar/1904), a comissão sanitária responde que é imprescindível à execução de grandes e completas obras de saneamento na referida zona. Conforme (doc. 20, mar/1904) a Comissão de Saneamento de Santos se coloca a disposição: “[...] esta Comissão está prompta a fornecer cópias dos documentos graphics existentes à questão [...]. Ficando assim documentado o motivo do local ser impróprio para construção”.

Como todos sabiam e foi verificado posteriormente, mesmo durante as construções, as águas da lagoa existente no local, em certas épocas do anno atingiam a cosinha do antigo prédio da chácara, que foi demolido para em seu lugar se construir a residência do director do Instituto, do pessoal e para outras dependências (Docs. ns. 27 e 28; doc. n. 44, cap. X). (Conceição, 1908, cap. V)

E o terceiro aspecto que Julio Conceição aborda (1908, Cap. VIII, “Indiferença geral pelo assumpto”), se refere a ausência de legislação que desse imunidade tributária à instituição devido a falta de esclarecimento nas relações público privado, ou seja, defendia que uma instituição que trataria de um assunto de utilidade pública, como cuidados aos órfãos, ensinando-lhes uma profissão, também era de interesse público, porém o capital foi unicamente privado em investimentos de interesse público. Relata as dificuldades enfrentadas desde o início da administração do espólio, e seu desgaste na tentativa de isenção de impostos junto às Câmaras Estadual e Municipal. Defendia que devido à finalidade do ensino profissional e de se propor a formar mão de obra, criticava que o Governo do Estado de São Paulo só investia em bacharéis e que a sociedade necessitava de profissionais sapateiros, carpinteiros, serralheiros, alfaiates, tipógrafos e encadernadores etc. Acreditava que o ensino profissional destinado à infância desvalida, em especial aos órfãos, poderia ser salvo através da educação, e que era necessário inserir essa modalidade de ensino no contexto da Educação Popular que se instaurava na época.

Estes vereadores e deputados da época, e os quais são mencionados os nomes, neste mesmo capítulo, alegavam incapacidade por ausência de legislação específica. Júlio defendia

que o ensino profissional, destinado aos detentos da Ilha das Enxadas, da Ilha dos Porcos, o qual visitou pessoalmente, não dispunham de infra-estrutura digna e salubre, era necessário prevenir e que pobreza não era vício, nem doença.

Queria provar, e provou que o Instituto apesar de ser Instituição oriunda de capital privado, prestaria serviço de interesse público, tanto pela formação profissional, moral e cívica, mas pela geração de mão de obra qualificada, necessária ao engrandecimento da Pátria, em perspectiva positivista.

1.1.3 A Santa Casa de Misericórdia de Santos: a proprietária do imóvel

Na imagem a seguir (figura 06) o prédio à direita é o pavilhão de isolamento de tuberculosos, doença que mais levava ao óbito na época e a esquerda o prédio do hospital da Santa Casa, inaugurado em 1836.



Figura 07: Fachada da Santa Casa na Av. São Francisco.

Fonte: Acervo digital pessoal da autora

– Quadro 1 –	
Locais de funcionamento dos hospitais de Santos ligados à Irmandade (1543-1945)	
1543	É fundada a <i>Irmandade de Misericórdia</i> , por Braz Cubas, em local onde hoje se situa a Praça da República.
1551	D.João III concedeu-lhe o Alvará Real.
1665	Concluída a construção do segundo prédio, no Campo da Misericórdia, atual Praça Visconde de Mauá.
1836	Construído o terceiro prédio, no sopé do morro doMonte Serrat. Foi parcialmente danificado em um deslizamento de terra em 1928, como demonstrado n o item 2.2 (figuras 38, 39 e 40).
1945	Inaugurado o atual prédio, com 1400 leitos. Atualmente o maior e um dos mais equipados da região Metropolitana da Baixada Santista

Fonte: Santa Casa, adaptado pela autora

1.2 O desafio da definição do local e do projeto de implantação

O prédio foi construído no período paralelo ao processo de urbanização da cidade. Principalmente em meados do século XIX e início do XX, Santos foi afetada por muitas doenças de origem sanitária, devido ao grande aumento da população e aos sérios problemas de infra-estrutura básica. Após analisar os prontuários e relatos do Dr. Guilherme Álvaro, identifiquei quantidade de óbitos por doenças e conclui que a doença que mais afetou a população naquele período era a tuberculose e um dado que me chamou a atenção foi o nascimento de um número significativo de filhos ilegítimos entre os anos de 1896 e 1897, os quais posteriormente se tornariam público alvo do instituto, os meninos pobres e os órfãos. A imagem do pavilhão de isolamento de tuberculosos (figura 06), mantido pela Prefeitura Municipal de Santos, o qual era localizado ao lado do Hospital da Santa Casa, atualmente em ruínas (localizado próximo à entrada do túnel e da Rua São Francisco, no centro da cidade de Santos).

Para amenizar a situação, conforme os estudos de Andrade (1995), o Governo do Estado de São Paulo cria duas comissões, que no período do projeto de implantação do Instituto, a Comissão Sanitária, era chefiada pelo médico Dr. Guilherme Álvaro e a Comissão de Saneamento, que na época da construção do prédio tinha como responsável o Engenheiro Dr. Francisco Rodrigues Saturnino de Brito. As comissões tinham intuito de resolver os problemas promovendo campanhas relacionadas à higiene, em todas as esferas públicas, aliando médicos, engenheiros, professores, o exército e a sociedade civil.

1.2.1 Engenheiro de saneamento Dr. Saturnino de Brito: Comissão de Saneamento

A maior parte da cidade era constituída por vários rios e manguezais, período em que o Engenheiro Dr. Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (Campos, 1864 - Pelotas, 1929), (figura 07) analisou, projetou e construiu os canais de drenagem de água, desenvolvendo projeto urbanístico na cidade, permitindo assim a ocupação de espaços planos, sem o inconveniente de enchentes e alagamentos, os quais eram considerados fatores causadores de inúmeras enfermidades na época.



Figura 08:
Saturnino de Brito

Fonte:
Novo Milênio

Contribuiu com o processo de urbanização e saneamento de Santos e é de seus estudos, a pedido da companhia de Docas, que Julio Conceição se apropria para viabilizar a construção do Instituto no ramal da Ponta da Praia.

As imagens a seguir demonstram: a vista de Santos em 1895 (figura 08); e as plantas da cidade de 1896 (figuras 09) – planta defendida pela câmara municipal – e a planta de Saturnino de Brito após estudos concluídos em 1910 (figura 10). Conforme relata Andrade (1995), em estudos a respeito do processo de urbanização da cidade de Santos naquele período, muitos interesses entraram em conflito, principalmente os interesses dos proprietários de lotes, pois não concordavam com o novo modelo urbanístico. A comparação entre as figuras 09 e 10, demonstra a evolução no processo de urbanização, saneamento e drenagem da cidade de Santos, elaborado por Saturnino de Brito. Atualmente os canais de Santos, projetados por ele, possuem tombamento do IPHAN.



Figura 09
Vista parcial de Santos em 1895.

Fonte: Fundasantos (2012)

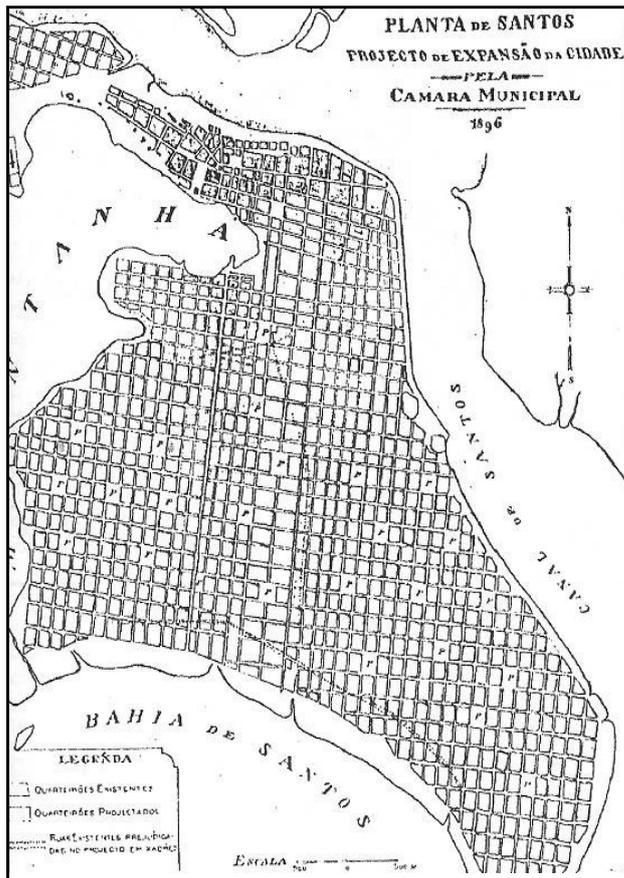


Figura 10: Planta de Santos em 1896, defendida pela Câmara Municipal



Figura 11: Planta de Santos de 1910, elaborada por Saturnino de Brito.
Fonte: Andrade (1995)

1.2.2 Médico sanitaria Dr. Guilherme Álvaro: Comissão Sanitária



Figura 12:
Dr. Guilherme Álvaro.

Fonte: Centro de documentação da Unisantos

Dr. Guilherme Álvaro (Rio de Janeiro, 1869 – São Paulo, 1930), em 1905, tornou-se irmão e médico da Santa Casa de Misericórdia de Santos onde atuou por 27 anos. Integrou a comissão da Santa Casa, onde participou da mesa administrativa, acompanhando a execução do testamento de João Octávio.

Andrade (2008) relata em biografia do Dr. Guilherme Álvaro: em 1891, recebeu o diploma de Doutor em ciências médicas e cirúrgicas. Em 1885 foi convidado por Campos Sales, então presidente do Estado de São Paulo, para ser chefe do Serviço Sanitário Estadual. Em um de seus livros – “A campanha sanitária de Santos, suas causas e efeitos” –, publicado em 1919, o médico analisa as estatísticas do que testemunhou no final do século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Responsável pela campanha, relata o histórico cronológico dos esforços e conflitos. Entre outras atribuições encarregou-se de expurgo de casas, cortiços e autópsias.

Tornou-se órfão de pai aos sete anos de idade, falecido ao contrair malária, talvez por este fato, dedicou sua vida ao sanitarismo, em especial à cidade de Santos, que tanto necessitava do seu serviço naquele triste período, em que morria grande parte da população santista, por febre amarela, malária, febre tifóide, desintéria, sarampo, entre outras.

Conforme análise dos estudos de Álvaro (1919), o pior período foi de 1890 a 1905, para melhor entendimento e interpretação da gravidade da situação diante de tamanha insalubridade, foram extraídos dados relativos ao crescimento populacional, às epidemias e mortalidade por doenças, no período que antecede a construção do instituto. Os dados

tabulados e analisados, que são demonstrados nos quadros a seguir, servem para ilustrar o contexto urbano e a necessidade de busca de alternativas, demonstrando o reflexo do caos na infra-estrutura urbana.

Mesmo com tantas mortes, vários fatores influenciaram no aumento da população em determinados períodos: a inauguração da linha férrea Santos-Jundiaí em 1867, a libertação dos escravos e a constituição do quilombo do Jabaquara em 1888, e em seguida a chegada dos imigrantes italianos, substituindo a mão de obra escrava por “meeiros” no processo produtivo do café; muitos imigrantes não se adaptaram à vida nas fazendas cafeeiras e escolhem a cidade de Santos para viver.

– Quadro 2 –	
Demonstrativo de crescimento populacional na Cidade de Santos (1828-1919)	
ANOS	QUANTIDADE DE HABITANTES
1828	5.142
1843	3.500
1854	7.855
1872	9.191
1876	10.000
1886	15.605
1889	20.000
1890	13.012
1891	25.000
1893	30.000
1896	35.000
1900	50.389
1901	45.000
1905	60.000
1910	75.000
1913	88.967
1917	95.365
1919	100.000

Fonte: Álvaro (1919)

– Quadro 3 –	
Principais epidemias em Santos de 1850 a 1919	
ANOS	DOENÇA
1855	Cólera
(1861-1864), 1912, 1915	Coqueluche
(1869-1870), 1888, 1890	Disenteria
1853, (1857-1861), (1869-1870), 1872, 1873 , 1876 , (1878-1880), (1889-1900)	Febre Amarela
(1884-1885)	Febre Tifóide
(1818-1819)	Gripe Espanhola
(1883-1884), (1915-1917)	Impaludismo
1899, 1900, (1901-1903), (1907-1909), 1909, 1911, 1913	Peste Bubônica
1887, 1907, 1909, 1911, 1915	Sarampão
1859, 1863, 1865, 1872, (1873-1878), 1887, 1889, (1892-1894) , (1897-1899), 1904 , 1906, 1908, (1912-1914)	Varíola/Alastrim

Fonte: Álvaro (1919) – Elaborado pela autora

– Quadro 4 –																
Óbitos por doença (1892-1907)																
Doença	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
Febre Amarela	1792	1642	172	1085	435	37	362	2	260	2	1	7	2	-	0	0
Varíola	823	59	39	6	11	6	7	3	1	31	4	1	77	6	0	3
Tuberculose	130	135	173	148	161	154	176	172	165	173	163	180	185	173	170	197
Impaludismo	66	78	104	141	143	110	128	121	119	78	74	91	60	40	33	42
Febre Tifóide	19	33	25	9	8	18	17	30	22	8	21	16	10	6	6	9
Tétano/recém-nascidos	57	57	39	13	62	33	38	26	25	10	35	35	35	10	26	12
Disenteria	12	45	15	5	10	14	14	19	12	7	7	1	5	5	6	8
Sarampão	2	26	1	17	18	16	4	21	1	45	7	1	17	14	13	39
Coqueluche	3	3	2	16	2	1	3	23	2	7	19	20	12	10	7	9
Difteria	3	1	1	1	2	1	0	1	2	4	3	4	1	2	-	3
Cancro	3	3	3	5	7	2	7	7	8	16	12	10	10	16	22	16
Peste Bubônica	-	-	-	-	-	-	-	14	2	5	4	15	5	-	3	4

Fonte: Álvaro (1919) – Elaborado pela autora
[-] Dados não obtidos.

A seguir alguns dados estatísticos referentes à demografia social da cidade de Santos entre 1892 e 1907, período que antecede a inauguração do Instituto D. Escholastica Rosa, a partir dos relatos de Álvaro (1919). No quadro 5, é apresentado o número total de habitantes, moradias, nascimentos, óbitos e casamentos.

– Quadro 5 –					
Óbitos por doença (1892-1907)					
Ano	Habitantes	Moradias**	Nascimentos	Óbitos	Casamentos
1892	25.138	-	-	4.173 (16,6%)*	-
1893	30.000	3.234	1.032 (3,44%)**	3.561 (14,2%)*	182
1894	-	-	1.255	1.440	137
1895	-	-	1.242	2.574	127
1896	35.000	3.600	2.017 ¹	1.780 (50%)*	244
1897	-	-	1.588 ²	1.331	261
1898	-	-	1.796	1.625	297
1899	-	-	1.922	1.366	298
1900	45.000	5.000	1.758	1.369 (30%)*	214
1901	-	-	1.886	1.312	275
1902	-	-	1.839	1.371	287
1903	-	-	2.019	1.490	307
1904	65.000	-	2.182	1.507	311
1905	-	-	2.100	1.391	319
1906	-	-	2.167	1.404	388
1907	-	-	2.326	1.609	368

¹ Do total de nascimentos, 232 eram de ilegítimos (1896).
² Do total de nascimentos, 217 eram de ilegítimos (1897).
* Valor percentual de mortalidade.
** Valor percentual de natalidade.
***Casas, casebres e cortiços.
[-] Dados não obtidos

Fonte: Álvaro (1919) – Elaborado pela autora.

Um dado que chama a atenção foi o nascimento de grande número de ilegítimos, em 1896 e 1897. Estas 449 crianças poderiam ser o público alvo do Instituto, pois teriam 11 ou 12 anos na ocasião de sua inauguração.

A análise dos dados apresentados demonstram que as taxas de mortalidade por doenças passam a cair por volta de 1905, reflexo de uma somatória de esforços dentre os diversos setores da sociedade; os resultados positivos da campanha sanitária chefiada por Guilherme Álvaro; os esforços da campanha de saneamento de Saturnino, que inicia o processo de canalização e drenagem da cidade naquele mesmo período, a partir do canal 1, lado oposto ao local de localização do Instituto (canal 6).

As taxas crescimento populacional e de grande número de mortes por epidemias que antecedem a construção do Instituto, ilustram o contexto sócio-ambiental, reflexo dos movimentos migratórios e imigratórios proporcionados e impulsionados pela economia do café e pelos aspectos da localização estratégica ligando à ferrovia ao porto de Santos, numa economia agrária e exportadora, importante centro econômico do Brasil na época.

1.2.3 Engenheiro arquiteto Dr. Ramos de Azevedo: o projeto de implantação inserindo os conceitos da Arquitetura Escolar

A obra da arquiteta Silvia Wolff (2010), “Escolas para a República”, analisa a temática da arquitetura escolar, a qual começa a ser discutida na Europa a partir do século XIX. Em 1880, na França é lançado um manual sobre o assunto e criada uma comissão:

O arquiteto Ramos de Azevedo, por exemplo, em cujo escritório trabalhavam profissionais europeus, estudara na Universidade de Gante, na Bélgica. De lá, se não trouxe muitos livros e compêndios de arquitetura, trouxe o hábito de comprá-los, como comprova sua vasta biblioteca sobre o assunto, hoje incorporada à Escola Politécnica. (Wolf, 2010, p.49)



Figura 13:
Ramos de Azevedo

Fonte: PoliUSP (2011)

Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Campinas, 1851 - Guarujá, 1928), o qual esteve “[...] atento aos princípios de salubridade e higiene, tão caros a educadores, arquitetos, médicos e políticos daquele período [...] As grandes janelas foram largamente utilizadas o que permitia boa luminosidade e, ao mesmo tempo, ventilação controlada”, comenta Bencosta (2007, p. 121), ao se referir ao projeto arquitetônico da Escola Normal de São Paulo, inaugurada em 2 de agosto de 1894, projeto inicial de Antônio Francisco de Paula e Souza, atualmente ETEC “Caetano de Campos”.

Julio Conceição (1908, cap.V) menciona em sua *Monographia* a respeito da apresentação do projeto em 1904:

Segundo o que ficou estabelecido na reunião que precedeu o inicio das obras do Instituto, em 7 de Agosto de 1904, em seu escriptorio, perante o Exm.º Sr. Dr.Ramos de Azevedo e a Comissão da Santa Casa, as mencionadas obras foram orçadas e iniciadas tomando-se por base preços unitários, isto é, de unidade métrica contractual, não só para os trabalhos de alvenaria como de carpintaria (Doc. n. 23). E, portanto, todo o trabalho feito, executado com material do contractante, foi pago sob medição métrica linear, quadrada ou cúbica, conforme a natureza do serviço, obedecendo a esse regimen de pagamento até as próprias pinturas dos edificios. A conferencia da metragem e do quantum, está alli ao alcance da verificação de qualquer curioso ou interessado. Os trabalhos de funilaria, ferraria, instalação electrica, etc., foram executados por concurrencia, em S. Paulo, pelo illustrado engenheiro-architecto Exm.º Sr. Dr. Ramos de Azevedo.

A formação das comissões era uma tendência na época, afirma Wolff (2010, p.12) assim como as concorrências públicas, consolidando os ideais democráticos da República, além do mais, a intenção era discutir a arquitetura e higiene, disseminando informações a respeito da temática. Wolf relata que:

Na França, o regulamento sobre construções escolares de 1880 se fez acompanhar da formação de uma comissão de prédios escolares, da qual faziam parte os arquitetos Joseph-Antoine, Bouvard, Felix Narjoux, R.Salleron e E. Train. Os demais membros da comissão eram representantes da classe de educadores, inspetores de ensino e diretores de escola. Era esta comissão que analisava os projetos arquitetônicos dos prédios escolares, contratados pelas administrações públicas a arquitetos e construtores.

A contratação dos projetos ocorria, quer diretamente, quer por meio de concursos públicos – recurso muito enaltecido por suas potencialidades democráticas, mas também por possibilitar a divulgação de ampla reflexão sobre os problemas. Os arquitetos membros da comissão não se limitaram a julgar projetos, participaram ativamente da construção de uma teoria sobre arquitetura escolar, quer elaborando e publicando vários títulos sobre o tema, quer projetando prédios escolares, se necessário.

São passos importantes na história da arquitetura escolar. [...] todas estas informações e experiências eram publicadas, acompanhadas por litografia dos projetos, em revistas de arquitetura de ampla circulação, também no Brasil. [...] as formas de circulação de informação foram também de ordem mais ampla.

Paul Planat (apud Wolf, 2010, pág. 12), diretor da *Éncyclopédie de l'Archicure* e de *La Construction*, diz que pelo fato de o regulamento de 1880 ser de muito fácil acesso apenas ressaltara aspectos da questão, os itens destacados por ele tratam:

- da implantação e escolha do terreno,
- orientação,
- sistema de iluminação natural das salas de aula,
- esquema de circulação,
- áreas de pátio de recreio e
- localização em quantidade de sanitários.

Estes itens básicos definem, em termos espaciais, a composição da arquitetura escolar. O que rege todas as orientações é a questão da higiene das construções. Uma ciência nova, muito afinada com as perspectivas científicas e saneadora da sociedade do século XIX.

É uma sociedade que identifica e classifica as doenças, que descobre os males dos aglomerados urbanos, falta de insolação, da umidade dos micróbios. Muito citado pelos estudiosos de arquitetura escolar e o trabalho de E. Trélat, de 1901 que, se chama La Salubrité.

Clocquet, em seu *Traité d'Architecture*, de 1900, refere-se ao mesmo regulamento como o mais importante para a ordenação das construções de escolas.

Julien Guadet, em 1902, nos capítulos relativos ao tema em seu *Éléments et Théorie de l'Architecture*, também aborda o assunto. (WOLF) 2010, pág. 12

Analisados os documentos deixados por Julio Conceição, principalmente sobre a escolha do local, fica evidente que a escolha de Ramos de Azevedo como arquiteto, se deve à sua capacidade em aliar conhecimentos de arquitetura escolar e higiene com beleza estética, além de seu poder político, de conseguir isenção de impostos para importação de materiais de construção civil, como demonstra os estudos de Wolf (2010).

A seguir, a capa e sumário do projeto de Ramos de Azevedo, apresentado por seu escritório em 1904 à comissão da Santa Casa e a Julio Conceição, posteriormente aprovado e executado. Este documento (figura 13) e as plantas apresentadas no próximo capítulo integram também a monografia de Julio Conceição.

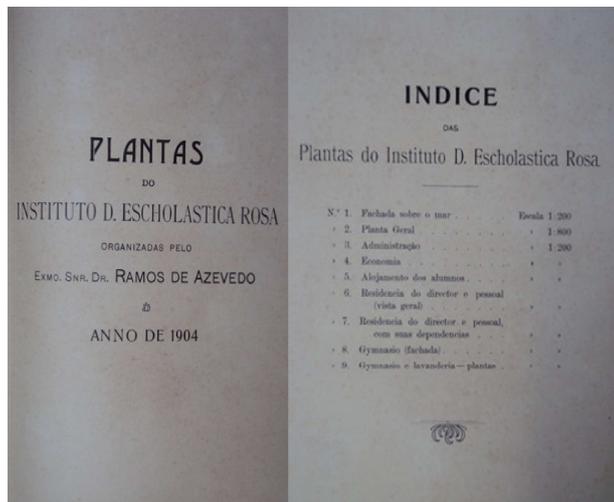


Figura 14: Folha de rosto e sumário do projeto do prédio em 1904.

Fonte: Conceição (1908)

O Instituto, conforme as plantas juntas (de n.1 a 9), construído sob a mais rigorosa hygiene escolar, consta do seguinte, tudo devidamente mobiliado e provido. Para assumir a responsabilidade das construções, que ficaram sob a minha directa inspecção, fui forçado a requerer, até os últimos dias da construção, a competente licença, como se pôde ver do doc. n. 47. (Conceição, 1908, cap. V)

1.3 Solenidade em homenagem à memória de João Octávio dos Santos em 1907 e a inauguração do prédio (1908)

A solenidade de despojos de restos mortais ocorreu em 20 de outubro de 1907 (Conceição, 1908, doc. 39), a ata é assinada pelos presentes, dentre eles Saturnino de Brito, chefe da Comissão de Saneamento local.

Este Monumento Mausoléu guarda os restos mortais do Benemérito, e é importante documento relativo à história e memória do Instituto. Julio inicia sua monografia homenageando a memória do amigo.

No trecho a seguir, faz uma explicação detalhada sobre o monumento erigido e breve biografia de João Octavio:

Comecei, em Dezembro de 1905, a entabolar negociações no sentido de erigir uma estatua que perpetuasse, no recinto do Instituto, a memoria de João Octavio dos Santos. Ella alli está, como merece, rodeada de folhagens e flores, encerrando os seus despojos mortaes, que tive o honroso e imprescindível dever de velar por algum tempo em meu poder.

Para que tenham sempre a mais completa authenticidade os restos mortaes desse meu inolvidável amigo, adeante transcrevo as peças referentes ao assumpto (Doc.s n.s 30 a 39).

Posto que eu houvesse requerido ao M. Juiz auctorização para despender 15:000\$000 com um mausoléu no cemitério do Paquetá, posteriormente achei mais conveniente, tendo em vista a exigüidade do terreno e o meu desejo de melhor solemnizar o feito, perpetuar a memória de João Octavio por meio de uma estatua. (Conceição, 1908, cap. V)



Figura 15: Solenidade de despojo de restos mortais em 1907. Fonte: Conceição (1908)

Julio Conceição ressalta os dotes bondosos de João Octavio e documenta sua homenagem:

[...] E, por fim, como padrão dos seus dotes bondosos e moraes, deixou, para bem da humanidade, creado o Instituto D. Escholastica Rosa nos moldes que apresento nesta monographia. Pelo seu fallecimento, procurei o que estava em mim para corresponder aos seus justos merecimentos, mandando construir uma estatua de bronze, que lá se acha no adro do Instituto, encerrando os seus despojos mortaes, docs. 30 a 39.

E no tributo à memória do amigo, especifica:

Esse necessário tributo ao mérito, consiste num monumento collocado sobre alicerces de concreto e embasamento de granito, tendo em uma face a seguinte inscripção

JOÃO OCTAVIO DOS SANTOS
8 Março 1830 - 9 Julho 1900
Fundador do Instituto D. Escholastica Rosa

E na outra face:
TRABALHO E CARIDADE



Figura 16: Urnas (abaixo da estátua).

Fonte: Conceição (1908)

Conforme consta em Conceição (1908, doc. 39), na ata assinada pelos presentes, uma das caixas contém restos mortais (ossos) do benemérito e na outra, jornais da época e moedas de diferentes nacionalidades.

E Julio Conceição descreve o significado dos ícones presentes do monumento:

Actuou no espirito de artista, com reflexões e informações minhas, esculpir João Octavio como modesto commerciante que em vida foi, sentado em singela poltrona, em atitude calma e serena, exprimindo assim o estado d'alma de quem pratica o bem.

Ficou expressivo em baixo da poltrona um cofre, seu verdadeiro mealheiro, onde guardou o obolo para a caridade, e cinta o monumento uma faixa em bronze, na qual estão exarados remos de 'fructa-pão', com os respectivos fructos, symbolizando a distribuição de beneficios que será feita á pobreza por aquella casa. Intimo e confidente que fui de João Octavio, ahi tenho traçado, com segurança e singeleza, os tramites de sua vida. Paz e homenagem a sua memoria. Santos, Dezembro de 1907. Julio Conceição. (Conceição, 1908)

A estátua foi encomendada por Julio Conceição ao escultor, recomendado pelo Dr. Ramos de Azevedo como artista de real merecimento, conforme descrito no (doc. 32) da monografia. Na comparação entre as imagens das figuras 16 e 17, demonstra que a estátua se manteve intacta, e está em bom estado de conservação.

Ao Sr. Zani cabe-me aqui patentear os meus agradecimentos pelo seu perfeito trabalho, que é uma verdadeira obra de arte, e pela modicidade do preço por que a executou Confiei o trabalho da estatua que alli está ao distinto escultor Sr. A. Zani, que o executou habilmente, causando o monumento admiração a todos que o têm observado. (Doc. n, 38). (Conceição, 1908, cap.V)



Figura 17:
Estátua de João Octavio em 1907.
Fonte: Conceição (1908)



Figura 18:
Estátua de João Octavio em 2010.
Fonte: Produzida pela autora

O Instituto foi inaugurado em 1º de janeiro de 1908, conforme ata, tendo como orador o Dr. Primitivo, juiz da 1ª. Vara, e com discurso proferido pelo intelectual Martin Francisco Ribeiro de Andrada, membro da terceira geração da família dos Andradas.

CAPÍTULO 2

Arquitetura Escolar, Ensino Profissional no Instituto D. Escholastica Rosa e a organização do tempo e do espaço a partir do “olhar” de Julio Conceição

Inicialmente creio necessário fazer uma distinção entre “Espaços” e “Lugares”. Para Michel de Certeau (2012, p. 184), esta relação de distinção delimita um campo de estudo.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que o define. Um lugar é portanto uma configuração espontânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam, e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.

Para Certeau o espaço é um lugar praticado, assim uma rua geometricamente definida por um urbanismo é transformado em espaço. É o deslocamento do olhar do prédio em busca das evidências do que as pessoas faziam lá. Quem eram essas pessoas e quais eram suas práticas?

A intenção busca produzir sentido ao material coletado, através da análise do contexto, na perspectiva da escrita historiográfica, reunindo significantes e fatos, e organizando-as em unidades de sentido. Para Michel de Certeau, ao discorrer sobre o discurso da história, um texto organiza unidades de sentido e nelas opera transformações cujas regras são determináveis. Efetivamente, se a historiografia pode recorrer aos procedimentos semióticos para renovar suas práticas, ela mesma se lhe oferece como um objeto, na medida em que constitui um relato ou um discurso próprio.

Partindo do prédio como evidência de fatos, produzir o sentido da interpretação dos documentos a partir dos pressupostos explícitos da arquitetura escolar e daquilo que se tornou possível, é o objetivo deste capítulo.

O capítulo anterior demonstrou o crescimento populacional da cidade de Santos, devido ao desenvolvimento da economia do café no interior de São Paulo, a partir do século XIX. A expansão do café em direção ao oeste paulista, dificultou seu embarque através do porto do Rio de Janeiro. Obras de infra-estrutura foram requeridas por fazendeiros do café da região de Campinas a Dom Pedro II e concessões privadas para a construção da estrada de ferro foram concedidas, permitindo a construção da São Paulo Railway.

O marco histórico para o desenvolvimento do porto de Santos foi a inauguração da tal ferrovia ligando o porto de Santos a Jundiaí, em 1867. Os navios que levavam o café traziam os imigrantes italianos para a substituição gradativa da mão de obra das fazendas. Junto com eles vieram as epidemias de doenças, ocasionadas também pelas condições precárias da cidade. Em 1889, a epidemia de febre amarela dizima grande parte da população de Santos e a epidemia chega a Campinas. A necessidade de sanear a cidade, modernizar o Porto, construir uma cidade higiênica era importante para a economia, pois os navios se negaram a atracar em Santos. Para transformar a Vila colonial de Santos em cidade urbanizada, houve muitos conflitos de interesses.

Neste período surge então, um orfanato misto, o qual abrigava crianças até completarem a idade necessária para frequentarem os orfanatos feminino e masculino para a educação profissional: em 1889, foi fundado o Asylo de Orphaos.

Havia na cidade, escolas primárias municipais, estaduais e particulares. A Associação Feminina Santista, em 1902, organiza o Liceu Feminino Santista para a formação de professoras de suas escolas maternais. Como Santos era uma cidade essencialmente comercial, o poder municipal instituiu em 1908 a Academia do Comércio de Santos (PEREIRA, 1996).

Nesta transição do final do século, a educação passa a ser competência não mais só da igreja e sim do poder público em Santos, que em 1892, publica a lei, determinando ser competência municipal a educação popular, na gestão em que Julio Conceição é o presidente da Câmara.

Conceição (1908, Cap. VIII, Indiferença geral pelo assumpto), relata as dificuldades enfrentadas desde o início da administração do espólio, e seu desgaste na tentativa de isenção de impostos junto às Câmaras Estadual e Municipal. Devido à finalidade do ensino profissional de se propor a formar mão de obra, criticava que o Governo do Estado de São Paulo só investia em bacharéis e que a sociedade necessitava de profissionais sapateiros, carpinteiros, serralheiros, alfaiates, tipógrafos e encadernadores etc., e ser destinado aos

pobres, que poderiam ser salvos através da educação, era necessário inserir a educação profissional no contexto da Educação Popular que se instaurava na época.

Esses vereadores e deputados da época, e os quais são mencionados os nomes, neste mesmo capítulo, alegavam incapacidade por ausência de legislação específica. Júlio defendia que o ensino profissional, destinado aos detentos da Ilha das Enxadas, da Ilha dos Porcos, o qual visitou pessoalmente, não dispunha de infra-estrutura digna e salubre, era necessário prevenir e que pobreza não era vício nem doença.

Queria provar e provou que o Instituto, apesar de ser Instituição oriunda de capital privado, prestaria serviço de interesse público, tanto pela formação profissional, moral e cívica, como pela geração de mão de obra qualificada, necessária ao engrandecimento da Pátria.

A organização do espaço da Cultura Escolar é demonstrada a partir: das plantas de 1904, das fotos e do regulamento de 1907.

O regulamento foi elaborado por Julio Conceição com contribuições do primeiro diretor da instituição, tomando como base o testamento e como modelo, uma escola de ensino profissional do Pará, o “Instituto Lauro Sodré” e o “Lyceu de Artes e Offícios de São Paulo”, destinados ao mesmo público.

Dominique Julia (2001, p.10), ao analisar “A Cultura Escolar como objeto histórico”, reflete que cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporânea, e define cultura escolar

como conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.

Para Julia, estas normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer às ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação.

Havia uma preocupação com a infância desvalida e o ensino profissional seria uma solução para incluir crianças, dando-lhes uma profissão, e foi somente em 1911 que o governo paulista passou a investir nesta demanda, formando mão de obra para a indústria que se desenvolvia naquela época. O Instituto Dona Escholastica Rosa foi pioneiro em Santos e construído no modelo do “Instituto D. Ana Rosa” em São Paulo, atendendo aos meninos pobres, conforme consta no testamento de João Octávio dos Santos, com capital privado oriundo de parte de sua fortuna destinada à sua construção e manutenção.

Junto ao processo de urbanização de Santos e a instituição dos grupos escolares, se inicia uma nova ordenação e organização da vida social urbana e conseqüentemente um novo ordenamento do tempo.

Símbolos morais, cívicos e sociais podem ser identificados, Souza (1998, p. 137), descreve:

[...] o relógio, o sino, o quadro de horário e o quadro de honra [...] Juntamente com a igreja e as fábricas, a escola estava tornando-se, no final do século XIX, uma instituição de ordenação temporal da vida social e da infância. Escolano (1994). “Assim como o espaço o tempo também educa, ele é uma construção social e cultural (Hall, 1977)”. Na transição do século XIX para o XX, o tempo e o espaço escolares participaram da racionalização da vida social e da construção da temporalidade urbana.

A Arquitetura Escolar passa a ser refletida por diversas áreas do conhecimento, segundo preceitos higienistas e didático-pedagógicos, conforme diretrizes e normas, do modelo francês do final do século XIX e início do XX e aliada ao desenvolvimento urbano e social que ocorreu naquele período.

2.1 A infra-estrutura: imagens e descrição

O prédio do Instituto foi projetado por Ramos de Azevedo, para funcionar como escola de ensino profissional, atendendo às determinações do testador. A arquitetura do prédio atentava a facilitar a concentração dos alunos; era uma tendência se instituir escolas que seguissem às premissas da arquitetura escolar elaboradas na França, a partir da segunda metade do século XIX. Souza (1997, p.137), analisa que a arquitetura passou a perceber as necessidades dos estudos e das tarefas escolares: “As grandes janelas que permitiam a invasão da luz na sala de aula ‘obscureciam’ o ambiente externo, o jardim, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica correspondente as necessidades disciplinares”.



Figura 19:
Planta 1 - Fachada sobre o mar.

Fonte: Conceição (1908)



Figura 20: Foto da Fachada em 1907.

Quanto á qualidade do material empregado, solidez das obras e rigorosa execução das plantas approvadas, foram fiscalizadas diariamente por mim próprio, desde os alicerces até as cumieiras, não despendendo o espolio um real siquer com esse serviço, o qual mais competia a um engenheiro ou a um perito constructor. (Conceição, 1908, cap.V)

Levando em consideração os aspectos relativos à salubridade, devido aos seríssimos problemas de saneamento, e não havendo alternativa senão erigir o prédio naquele local, a solução para os problemas sanitários que poderiam acarretar enchentes e conseqüentemente contaminação, apresentou-se da seguinte forma: “As edificações foram feitas em plano elevado por aterro afim de sanar males da desacertada escolha que a Santa Casa fez do sitio onde quizéra e está collocado o Instituto (Doc. n. 42, item 5º; doc. n.44, cap. X). Conceição (1908, cap.V)”.

Planta geral e descrição dos pavilhões

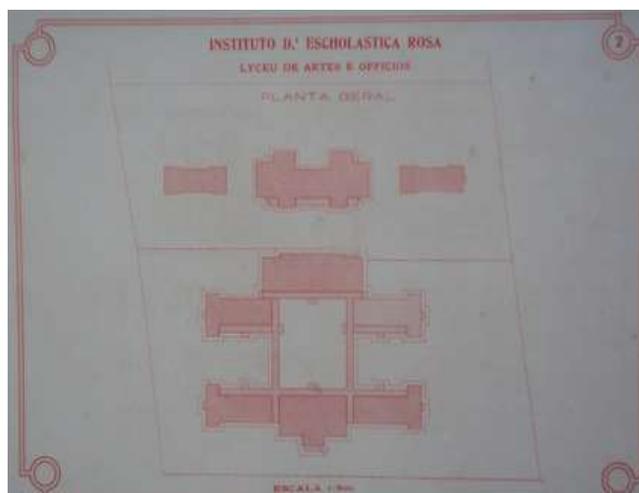


Figura 21:
Planta 2 - Planta Geral.

Fonte: Conceição (1908)

Pavilhão central. Nos baixos, á direita, sala de espera, de visitas, do director, museu, instalação sanitária; á esquerda, sala do porteiro, do secretario, biblioteca, instalação sanitária; nos altos, sala de professores e dois espaçosos salões de estudo, á direita e á esquerda, com respectivos vestiários. (Conceição, 1908, cap. V)

Planta 2º pavimento - Administração

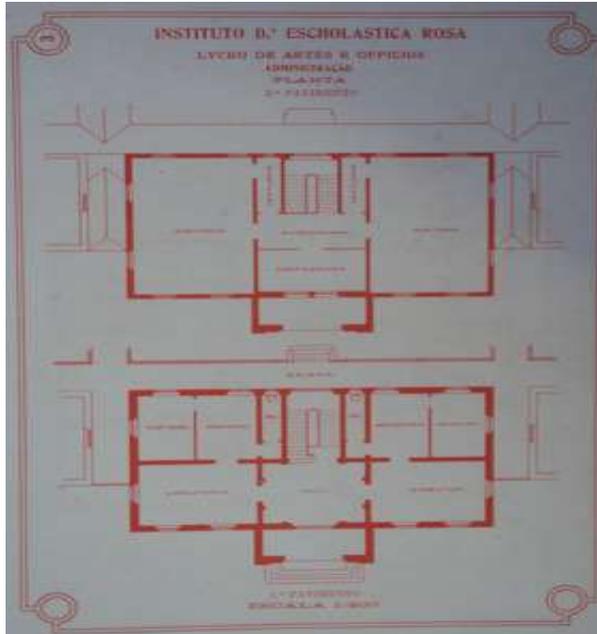


Figura 22:
Planta 3 - Planta do 2º pavimento:
Administração.

Fonte: Conceição (1908)

Planta Economia – 1º e 2º pavimentos

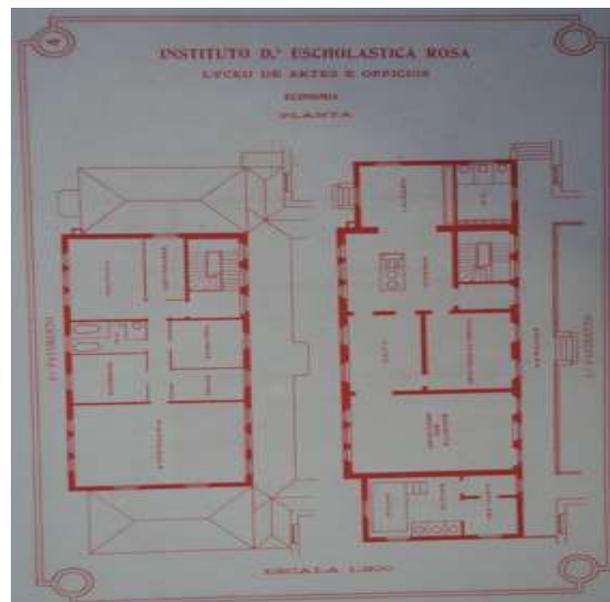


Figura 23:
Planta 4 – Economia: 1º e 2º
pavimentos.

Fonte: Conceição (1908)

Em frente a este pavilhão, do lado opposto ao jardim, ligado por galerias cobertas, acha-se outro pavilhão, tendo: nos baixos, refeitório dos empregados, dos meninos, cosinha, copa, vasto banheiro de chuva e de immersão e instalações sanitárias; nos altos, sala de rouparia, commodo para deposito, instalação sanitária, banhos quentes, sala do medico, do enfermeiro, de tizanas e enfermaria. (Conceição, 1908, cap.V)



Figura 24: Vista lateral do Instituto. Fonte: Conceição (1908)

Aos lados do corpo central, do edificio encontram-se outros quatro pavilhões, distribuídos de forma se desdobrarem para os fundos, conforme as posses do Instituto:

1º pavilhão, á esquerda: nos baixos, officina de marcenaria e carpintaria, deposito e installação sanitária; nos altos, dormitório com capacidade máxima para 20 alumnos, quarto do vigilante, sala de guarda-roupa, sala de lavatório e installação sanitária. (Conceição, 1908, cap.V)



Figura 25:
Um dos dormitórios.

Fonte: Conceição (1908)

Figura 26:
Pátio interno.

Fonte: Conceição (1908)

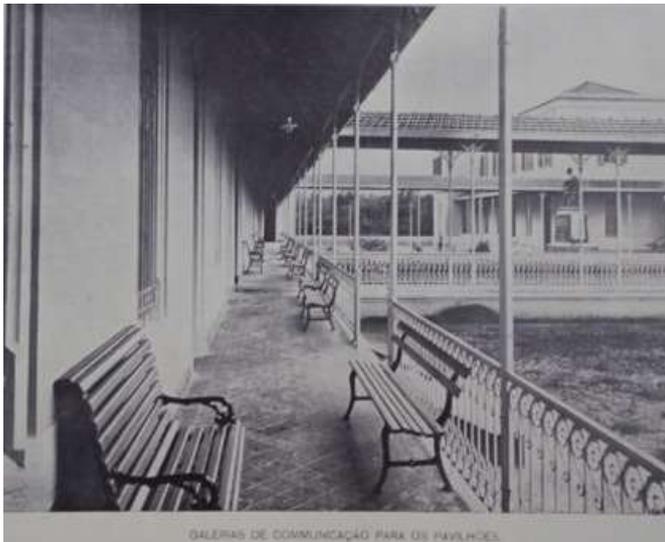


Figura 27:
Galeria de comunicação
para os pavilhões.

Fonte: Conceição (1908)

Figura 28:
Uma das salas de estudo do
curso preliminar.

Fonte: Conceição (1908)



Planta do segundo pavimento

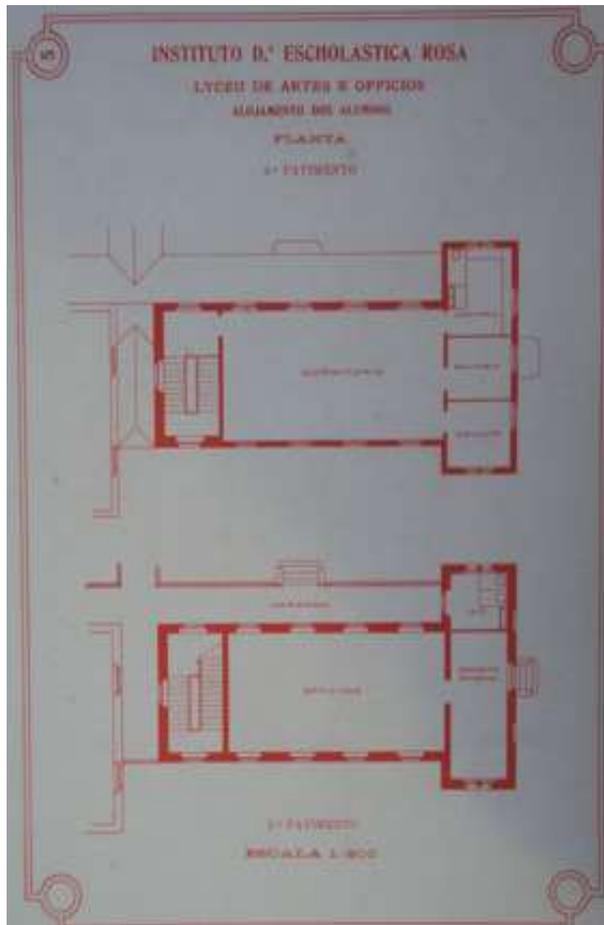


Figura 29:
Planta 5 – Alojamento dos alunos no segundo pavimento.

Fonte: Conceição (1908)

2º pavilhão, em frente. É em tudo idêntico ao primeiro, só differindo quanto á officina, que é de alfaiataria.

3º pavilhão, á direita. É idêntico aos últimos, tendo nos baixos officina de sapataria.

4º pavilhão, em frente. Está em alicerces de 65 cms. acima do solo e é destinado á officina typographica e encadernação.

(Conceição, 1908, cap.V)

Penso, portanto, justificar não só o dispendio feito de mim para mim, sem consulta, com o atero para as construcções em plano elevado, mas também com outros trabalhos inadiáveis, taes como: fundações do 9º pavilhão de officina typographica, afim de garantir o prosseguimento do plano adoptado para as edificações; calçamento em volta de todos os pavilhões construídos e na frente externa do edificio, para bom saneamento e embellezamento; muros; gradis e cercas de arame, indispensáveis para não ficarem o Instituto e terreno em aberto. (Conceição, 1908, cap.V)



Figura 30: Pátio dando visão externa da cozinha, refeitórios e outras dependências. A casa do diretor está localizada atrás deste prédio. Fonte: Conceição (1908)

“Descriptos assim estes pavilhões, temos ainda, nos fundos, vasto e arejado edifício para residência do director, empregados e grande deposito para almoxarifado”. (Conceição, 1908, cap.V)

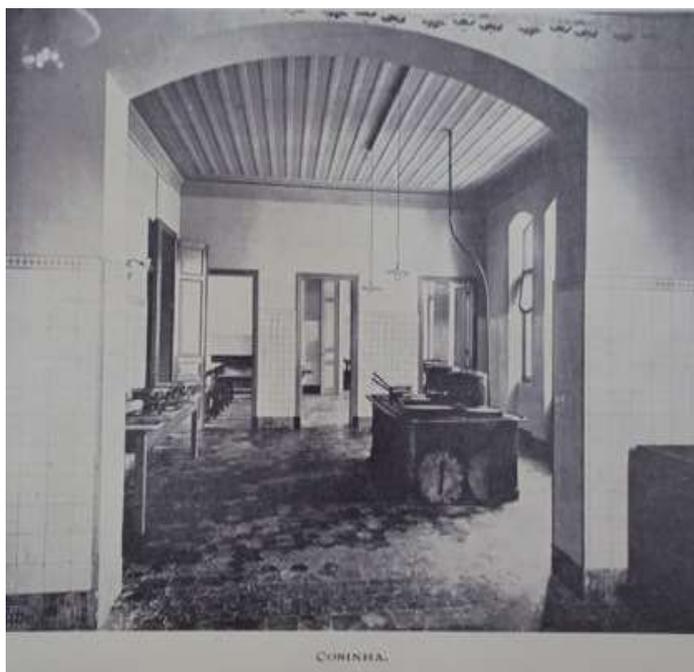


Figura 31: Cozinha.

Fonte: Conceição (1908)

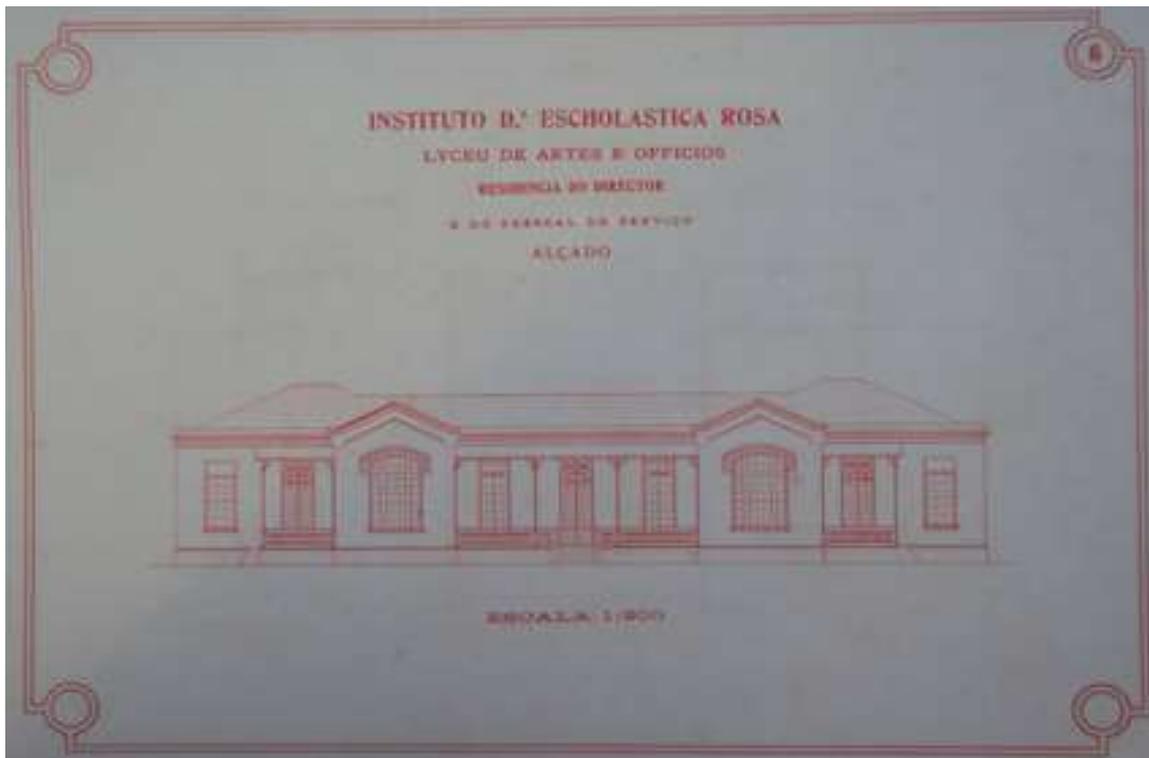


Figura 32: Planta 6: Fachada da residência do Diretor. Fonte: Conceição (1908)



Figura 33: Planta 9: Ginásio e Lavanderia. Fonte: Conceição (1908)



Figura 34: Fachada do gymnasio, casa do diretor, do pessoal e da lavanderia. Fonte: Conceição (1908)

Aos lados desta edificação, encontram-se: á direita, o gymnasio, com apparatus para exercícius phisicos, sala de musica e installação sanitária; á esquerda, por fim, a lavanderia, com tanques apropriados, sala de engomados, commodos para creados e installação sanitária. (Conceição, 1908, cap.V)

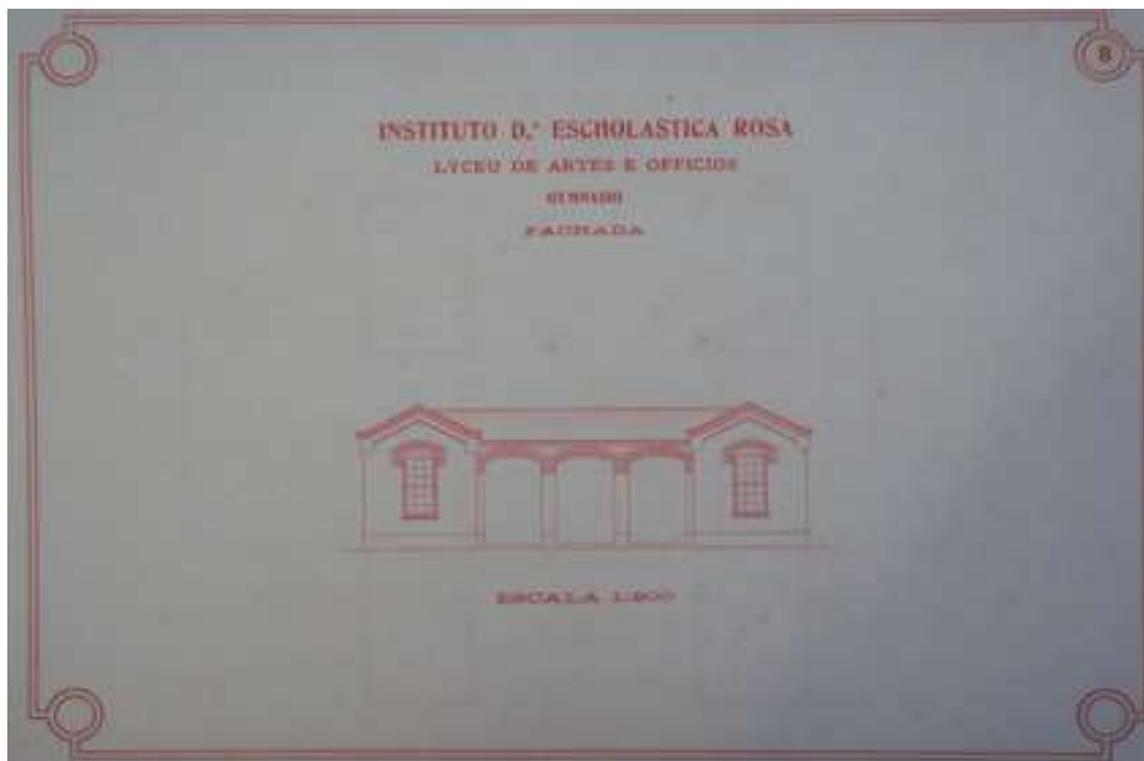


Figura 35: Planta 8 - Fachada do Ginásio. Fonte: Conceição (1908)

Planta do Ginásio (à direita da casa do diretor) e Lavanderia (esquerda da casa do diretor).

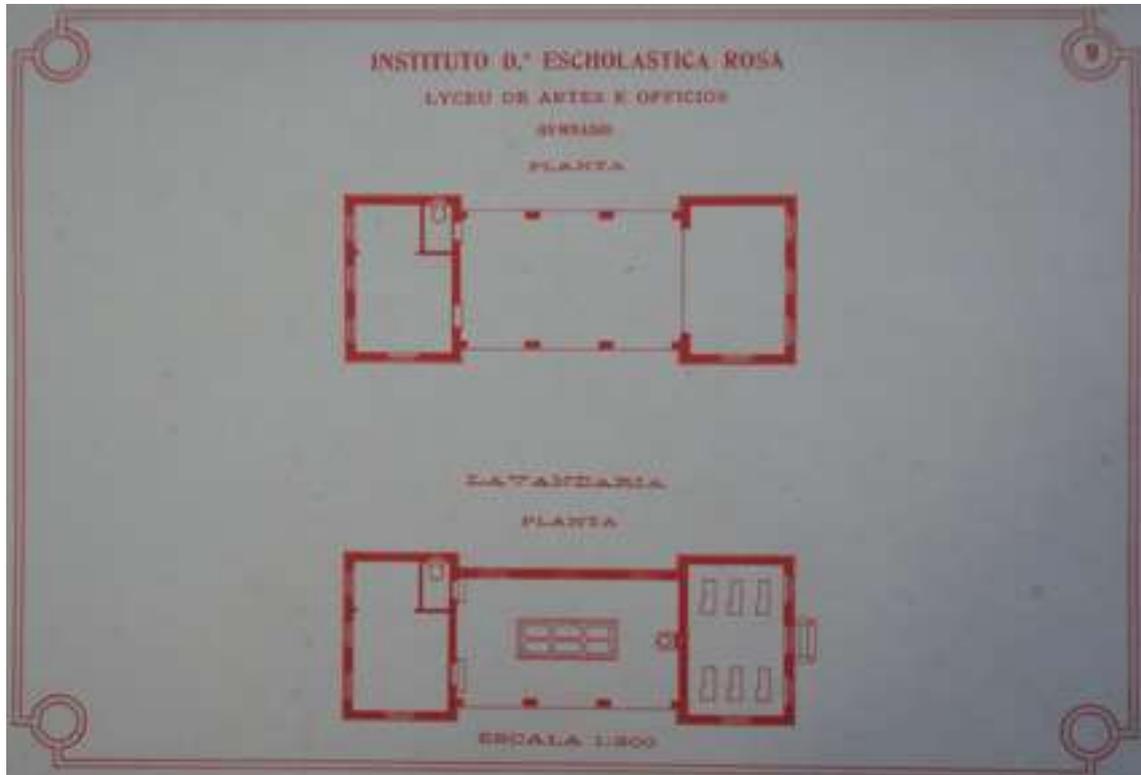


Figura 36: Planta 9 - Ginásio e Lavanderia. Fonte: Conceição (1908)

2.2 O Ensino no Instituto D. Escholastica Rosa

A análise sobre o Ensino, foi elaborada a partir do estudo de capítulo específico do primeiro regulamento do Instituto (1907), entre os artigos 19 ao 35, subdividido em Cursos e Divisões, Exames e Disposições Geraes, os quais são listados e identificados a seguir.

2.2.1 Cursos e Divisões: curso preliminar, cursos práticos e atividades complementares

O ensino ministrado no Instituto constava de curso preliminar e cursos práticos, conforme artigo 20 do regulamento:

Art. 27. É obrigatória no Instituto, para todos os alumnos, a educação prescripta nos arts. 23, letras a, b, c, d, e f, 32 e 33. Fóra desses ensinios, o alumno só deve aprender as matérias que se relacionem com o aperfeiçoamento da arte ou officio que houver escolhido, de accôrdo com a sua vocação e constituição physica.

Art. 28. Todo o alumno é obrigado a freqüentar uma das officinas ou aulas do estabelecimento, attendendo-se á sua vocação e constituição physica.

Art. 29. Todo o ensino, dos cursos agrícola e profissiona, será tanto quanto possível pratico, ministrado pelos melhores e mais modernos methodos, de accôrdo com as necessidades do nosso meio e minuciosamente detalhado em programmas aos respectivos professores ou mestres.

Art. 30. Os cursos, tanto preliminar como agrícola e profissiona, ficarão subordinados, nas horas de ensino e de aprendizagem, directamente aos respectivos professores ou mestres.

Art. 31. As materias do ensino pratico e profissiona poderão ser augmentadas quando a administração da Santa Casa assim o entender.

Art. 32. A educação do alumno, prescripta no Art. 20, letras e, f e g, deve ser ministrada com o maior cuidado e solitudine, para o que o director estabelecerá aula especiaes.

– Quadro 6 – Curso preliminar: matérias do curso preliminar no Instituto D. Escholastica Rosa
Leitura e calligraphia
Lingua portugueza, exercícos de composição, regra grammatical e lógica
Noções de geographia em geral, e, muito em particular estudos de historia e geographia do Brasil
Numeração, operações sobre fracções, números inteiros e decimaes, fracções ordinárias e decimaes, systema metrico, noções de proporções, de quadrado, de cubo e de desenho linear
Ensinos ou regras de boa educação, de sentimentos affectivos e compassivos, de temperança, de civismo e doutrina Cristian
Licções de cousas
Ensino de natação, gymnastica - com especialidade sueca, manobras militares, tiro ao alvo, esgrima e outros exercicios aconselhados pela hygiene
Ensino de musica e solfejo
Noções de historia natural, phisica e chimica applicadas

Fonte: Regulamento, artigo 20 in Conceição (1908)

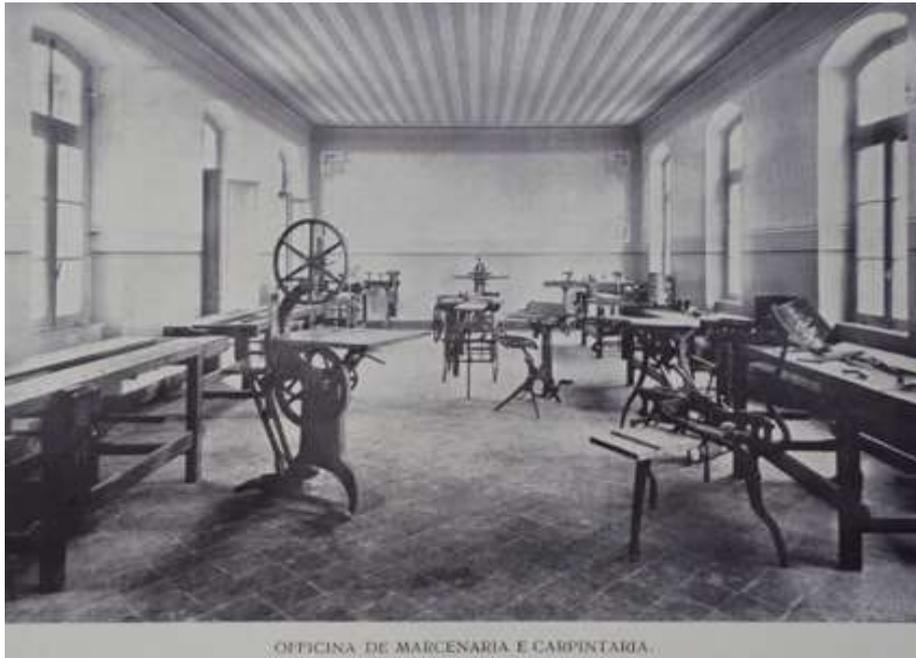


Figura 37: Foto da oficina de marcenaria e carpintaria. Fonte: Conceição (1908)

Os cursos práticos eram divididos em: agrícola e profissional.

No curso agrícola constava de noções de geologia, botânica e zoologia, com aplicação agrícola tropical, notadamente jardinagem, fruticultura, horticultura, avicultura e apicultura.

O curso profissional dizia respeito às Artes e Ofícios e constava das seguintes matérias e ensinamentos, conforme o artigo 23 do regulamento:

<p>– Quadro 7 –</p> <p>Curso profissionais no Instituto D. Escholastica Rosa - Artes e Ofícios</p>
<p>Escripturação mercantil e industrial Mechanica Eletricidade Typographia, impressão e encadernação Alfaiataria Pintura commum Carpintaria e marcenaria Serralheria Funilaria Sapataria e sellaria Vidraçaria Arte de cabelleireiro Arte Culinária Serviços domesticos (copeiragem)</p>

Fonte: Regulamento in Conceição (1908)

2.2.2 Biblioteca e Museu

O regulamento previa a implantação da biblioteca e do museu. Todos os títulos da biblioteca (1908) estão listados no anexo I.

Igualmente a expensas minhas, fica iniciado o museu referido no mesmo art. 34, letra c, com minhas antigas e limitadas colleções de terra, pedras e madeiras nacionaes [...] De conformidade com esse regulamento (art. 34 letra b), deixo a minhas expensas iniciada a bibliotheca do Instituto com os meus livros particulares apropriados para o caso:

- A) uma bibliotheca de livros didacticos, com applicação aos ensinos práticos;
- B) Um museu para auxilio desse ensinos.

Art. 35. O museu a que se refere o art. anterior constará, com especialidade, das seguintes colleções:

- A) de terras, representando solos, subsolos, rochas de diversas formações geológicas do paiz, especialmente do Estado de São Paulo, e também estrangeiro;
- B) de adubos chimicos e correctivos, com indicação da composição, valor fertilizante e commercial;
- C) de madeiras nacionaes, com classificação de propriedades de resistência, com os nomes scientificos e vulgares;
- D) de sementes e produto agrícolas;
- E) de revistas scientificas, que o director assignará, de mappas, catálogos, modelos de machinas, apparatus, instrumentos e objetos que interessem á agricultura, artes e officios.

Único. A classificação das colleções será feita pelos professores respectivos. (Conceição, 1908, cap. X)

E fica estabelecido que o diretor deveria assinar revistas e periódicos, estabelecendo assim, a preocupação com a formação continuada, proporcionando constante atualização do corpo docente. Este relato demonstra a preocupação em relação à formação profissional deste pessoal.

2.2.3 A educação moral e cívica

Art. 33. Todas as semanas haverá, no mínimo, uma sessão geral para os alumnos, de prelecções ou palestras, alternadas sobre a temperança – notadamente contra os maléficos effeitos do jogo, do alcoolismo, hygiene, instrucção affectiva e compassiva com relação ao proteccionismo aos animaes e ás plantas, destinando-se um dos dias de cada mez de Junho para o arbor-day.

Único. Para auxilio dos ensinos prescriptos neste artigo e no anterior, o director deverá organizar máximas ou pensamentos Moraes, cívicos,

proteccionistas, de temperança e de hygiene, conservando-os em elegantes impressos, avulsos, em caracteres a cores, para distriguição freqüente entre alumnos. [(*) Para exemplificar a organização das máximas, faço imprimir um modelo dos avulsos referidos, que acompanhará cada exemplar deste regulamento. É indispensável impressão artística, afim do trabalho interessar o alumno pelas cores ou pelos seus profundos ensinamentos.]

Na actualidade, para os ensinos prescriptos nos arts.32 e 33, recommendo os excellentes trabalhos: Maximas, Pensamentos e Reflexões, do Marquez de Maricá; O Coração, de Edmundo de Amicis; Pensamentos Pedagogicos, de Theodoro John, e as diversas obras do Dr.Domingos Jaguaribe sobre o alcoolismo (Vide relação de livros no cap. X do relatório).

Art. 34. O instituto manterá:

A) uma banda de musica, composta de educandos, em numero inferior a 30 figuras, sob a regência do respectivo professor;

2.2.4 A avaliação através de exames e o incentivo através de mérito

Art. 24. Os exames das matérias estudadas serão annuaes e públicos, previamente annunciados pela imprensa, sendo, nesse dia, franqueado o estabelecimento á visitação geral em horas determinadas pelo director.

Art. 25. Os educandos que se destacarem pelo comportamento, applicação e aproveitamento, serão distinguidos em quadro de honra nas respectivas classes e no salão de visitas do estabelecimento, além de prêmios em espécie, que serão creados durante o anno.

Art. 26. Os prêmios em espécie consistirão em apparatus úteis: ferramentas, machinas ou artefactos próprios á respectiva arte ou officio escolhido pelo alumno, e que serão cuidadosamente guardados pelo mesmo, afim de servirem de auxilio para inicio de seu labor na vida pratica, após sua educação no Instituto. (Conceição, 1908, Regulamento: cap. II Exames)

2.3 O pessoal administrativo e o corpo docente

As disposições gerais do regulamento estabelecem que todos os funcionários administrativos e corpo docente

Art. 47. Haverá na secretaria um livro de ponto, no qual os professores ou mestres diariamente assignarão seus nomes.

Art.48. O maior ou menor numero de pessoal será estabelecido segundo as necessidades do ensino e do bom funcionamento do Instituto.

Art.50. Igual procedimento (O Instituto fornecerá alojamento e sustento) terá para com os professores e empregados que residirem no internato, fornecendo também sustento aos que alli tenham occupação effectiva durante o dia.

Art.51. Poderão residir fora do Instituto os professores de musica, gymnastica e outros que, pela natureza de seus cargos e economia administrativa, não necessitem de permanência por maior numero de horas no estabelecimento.

2.3.1 Pessoal administrativo: cargos e atribuições

– Quadro 8 – Pessoal da área administrativa no Instituto D. Escholastica Rosa: cargos e suas atribuições	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Director	<p>O director prestará todos os serviços que estiverem em sua força.</p> <p>Art.42. O director do Instituto terá a superintendência geral e effectiva do estabelecimento, ficando-lhe directamente subordinado todo pessoal superior e subalterno.</p> <p>Art.43. As atribuições e deveres do pessoal e dos educandos, obedecerão a um regimento interno, disciplinar, organizado pelo director, com aprovação da administração da Santa Casa.</p> <p>Art.44. O cargo de thesoureiro será exercido pelo próprio director, que como tal, ficará responsável pelos saldos, prestando á administração da Santa Casa, na primeira quinzena de cada mez, um balancete demonstrativo da receita e despeza do Instituto, do mez vencido.</p> <p>Art.45. O saldo da receita e despeza será exhibido todos os mezes, na forma do art.anterior, pelo director á administração da Santa Casa, conjuntamente com o respectivo balancete e mais um minucioso relatório das occurrencias do mesmo mez, referentes ao movimento geral, procedimento de alumnos, professores, empregados, providencias dadas, estado de conservação e zelo de todas as propriedades e interesses do Instituto.</p> <p>Art.46. O pessoal subalterno, serventes, lavadeiras, trabalhadores e outros empregados que possam ser necessários, será admittido e demittido pelo director do Instituto.</p> <p>Art.49. O Instituto fornecerá alojamento e sustento ao director e sua família, o qual é obrigado a residir no estabelecimento.</p>
Secretario-guarda- livros	<p>O secretario substituirá o director em sua ausência, quando esta não exceda de 8 dias; tratando-se de maior tempo, a administração da Santa Casa providenciará para que a vaga seja supprida, interina ou efectivamente.</p>
Almoxarife	<p>O almoxarife exercerá, conjuntamente com esse cargo, as funções de porteiro do Instituto.</p>

Fonte: Conceição (1908, regulamento, art.36)

2.3.2 Corpo docente

E aponta: “Para o ensino que deve ser ministrado de accôrdo com os intuitos e as disposições creadoras do Instituto, haverá professores para as seguintes aulas”

<p>– Quadro 9 – Aulas disponíveis ao corpo docente</p>
<p>A) Ensino de Música e solfejo;</p>
<p>B) Cursos práticos.</p>

Fonte: Conceição (1908, regulamento, art.37)

2.3.3 Médico e dentista

Art. 38. Haverá um medico effectivo e um dentista, igualmente effectivo. O medico prestará seus serviços a qualquer hora, quando chamado. O dentista prestará seus serviços, também quando reclamados, sendo, fóra disso, obrigado a zelar pelo perfeito estado odontológico dos educandos.

2.3.4 Vagas e preenchimentos: perfil dos funcionários e corpo docente

O pessoal da área administrativa e o corpo docente foram contratados a partir de editais publicados na imprensa local e no Jornal o Estado de São Paulo. A lista, descrevendo as pessoas contratadas para trabalhar no Instituto na ocasião de sua inauguração, suas competências, idoneidade e experiência profissional, está no anexo II, desta pesquisa.

Art.39. As vagas que se derem no corpo docente, serão, de preferência, preenchidas por educandos já diplomados pelo Instituto e que tenham comprovada capacidade para o exercício do cargo.

Art. 40. As vagas que se derem no pessoal mencionado no art.36 e seus paragrafos, salvo a vaga de director, serão, ouvido este, preenchidas por escolha da administração da Santa Casa, nos termos do = seguinte.

1º. O preenchimento de qualquer vaga deverá obedecer á escolha de pessoal verdadeiramente idôneo, de reconhecida moralidade e que apresente diploma ou tenha notória competência para o cargo.

2º. Nenhum dos membros desse pessoal será demittido ou dispensado de seu cargo sem que, por parte da administração da Santa Casa, haja syndicancia e seja previamente ouvido o accusado ou delinqüente.

2.4 A reforma do prédio (1933-1934) – a transformação dos estilo e do espaço: resposta a um ordenamento social instituído com o início da Segunda República

Alguns fatores externos ao Instituto influenciaram na alteração da cultura, e conseqüentemente conduziram a uma nova ordenação do tempo e do espaço. Isto se deve basicamente às novas diretrizes advindas do início da segunda república para atender novas demandas econômicas e novos públicos.

Dentre os fatores que influenciaram a alteração dos projetos arquitetônico e pedagógico inicial, estão:

1º) O prejuízo humano e financeiro sofrido pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, com o desabamento de grande parte do morro do Monte Serrat, atingindo uma das alas do Hospital em 10 de março de 1928, demonstrado nas figuras 39 e 40. Este prejuízo, sem dúvida refletiu nos investimentos e manutenção do Instituto mantido pela Santa Casa, o qual lhe prestava contas mensalmente.

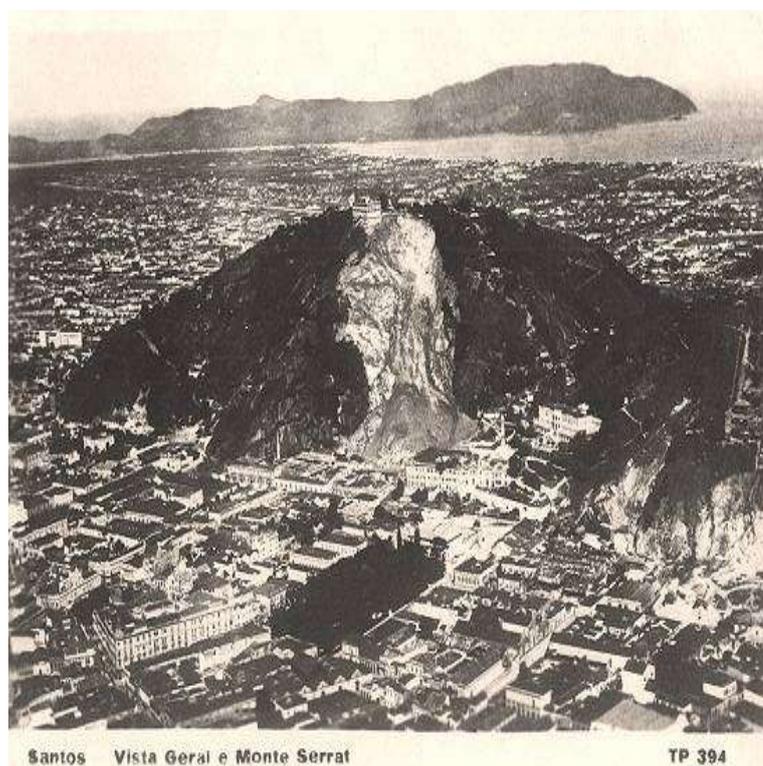


Figura 38: Vista parcial de Santos em 1928. Fonte: Rueda (2012)

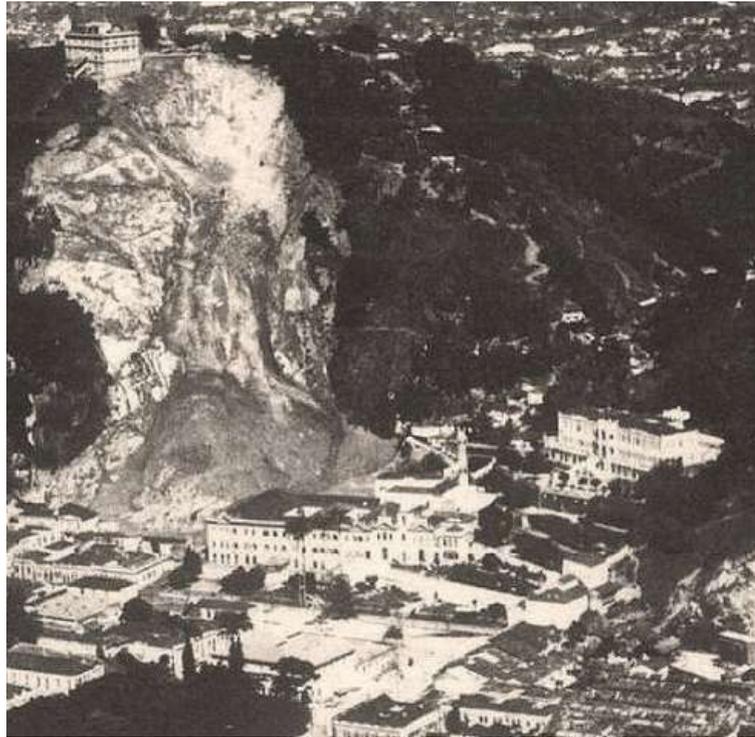


Figura 39: Vista parcial de Santos em 1928, detalhe do desabamento sob a Santa Casa. Fonte: Rueda (2012b)



Figura 40: Primeira página do jornal santista A Tribuna, em 11 de março de 1928.

2º) A partir de 1933, o Instituto passa a ter nova fonte de financiamento, agora público, vale ressaltar, que apesar de ser de interesse público, o ensino profissional que tinha por objetivo atender à demanda de jovens pobres ou órfãos, era mantida por recurso privado até 1933, neste caso, oriundos do espólio de João Octavio e os quais não gozaram de nenhuma imunidade tributária, como demonstram os documentos que relatam a construção do prédio por Conceição (1908, Cap. VIII, Indiferença geral pelo assumpto). Além do mais, o Instituto Dona Escholastica Rosa inaugurado em 1908, foi um dos pioneiros no Brasil e com recursos privados. O processo de início de construção de escolas públicas profissionais em São Paulo, tanto femininas quanto masculinas, é de 1911.

A administração da Santa Casa transfere esta competência para o Governo do Estado de São Paulo em troca de anulamento de dívidas por impostos atrasados.

3º) Outro fator determinante, foi a implantação de novas diretrizes educacionais, consolidando propostas fomentadas ideologicamente na década anterior. As propostas referentes ao ensino profissional são repensadas para atender novas demandas sociais e econômicas que passam a se reconfigurar na Segunda República, aliado à demanda por cursos para atender a necessidade de formação de mão de obra para o pólo industrial de Cubatão que se instalava na década de 30.

A reforma de 1933-1934 alterou o estilo arquitetônico original (neoclássico), incluindo detalhes da Arquitetura Barroca, tornando-o eclético. Os principais aspectos alterados na reforma e mantidos até a atualidade são: A alteração de detalhes nas janelas, inserção de varandas com arcos no pátio central, ampliação do prédio do Ginásio, transferindo a gráfica e ampliando-a para a lateral direita e aos fundos do antigo ginásio, no andar superior, também foi construída o salão onde ficava o Curso de Corte e Costura.

Foi construído também um prédio de 3 andares, para abrigar o novo dormitório dos internos, pois a Escola passaria a ter meninas internas também. Em 1934, foi inaugurada a Escola Mista de Aprendizes de Artífices, sob direção do Prof. Pedro Crescenti. O novo espaço construído ao lado e aos fundos da Casa do Diretor, foi denominado de Av. São Paulo, demonstrada na figura 44 da página 76, desta dissertação.

Em 1938, com o apoio da Maçonaria foi construída a Capela São João Bosco, localizada na Av. São Paulo e aos fundos da Casa do Diretor, atualmente necessitando de restauro, assim como a maioria dos galpões que abrigaram as oficinas por várias décadas.

CAPÍTULO 3

Documentação que constitui o complexo arquitetônico da atual ETEC “Dona Escolastica Rosa” Patrimônio

As concepções de patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, tanto material quanto imaterial, por representarem a Memória e a História dos povos, sua destruição ou descuido, abalaria os pilares da sustentabilidade ambiental por privar as futuras gerações de usufruir do bem. O histórico das políticas, as definições e legislação aplicável dentre outros aspectos são demonstrados a seguir, fundamentando a importância de conservação e restauro.

3.1 Estado atual do patrimônio

3.1.1 O Centro de Memória

Na perspectiva do historiador Jacques Le Goff (2003, pág.525), os documentos tem uma concepção monumental a medida que “guardam” a memória coletiva de um determinado período. Para o autor os materiais da memória coletiva e da história, defendendo a tese que a memória coletiva e sua forma científica a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. A construção da história não seria possível sem suportes da memória coletiva. Atualmente o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos. Relacionando-os a outros vestígios e conjunto de monumentos, fatos e evidencias, analisando criticamente as contradições entre verdadeiro e falso, à luz das condições e meios de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.

A crítica ao documento e a revolução documental de cunho positivista foi objeto de estudo de Michel Foucault nos anos 60 e de Michel de Certeau nos anos 70 do século passado, dentre outros importantes historiadores. Le Goff (2003, p.536), considera que Foucault, colocou claramente a questão ao declarar que um dos problemas da história é o questionamento do documento.

No ano de 1997, O Centro de Memória da Educação da USP, em cooperação com CEETEPS e com financiamento da FAPESP, deu início ao projeto “Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo”, analisando oito Escolas, dentre elas estava a ETEC “Aristóteles Ferreira”, pertencente ao complexo arquitetônico “Dona Escholastica Rosa”, que até 2003 era administrado pela Secretaria Estadual de Educação, na época denominada EE “Escholastica Rosa”.

Os professores Waldemar Tavares e Daisy Rodrigues de Lima Simões, lotados na ETEC “Aristóteles Ferreira” participaram do projeto de historiografia, tratando, selecionando e organizando os documentos desde 1997 à 2003 e a professora Lilian de Fátima Bento de Souza, lotada na então EE “Escholastica Rosa”, contribuiu com projeto de 1997 à 2002, ocasião que se aposentou. Juntos foram os responsáveis pelo projeto historiográfico e implantação do Centro de Memória. Em 2002, publicaram juntos um capítulo do álbum fotográfico das “Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo” e o “Livro de fontes documentais”, com o apoio da FAPESP E FE/USP.

Em 2003, graças a colaboração da Irmandade da Santa da Misericórdia de Santos, a Capela de São João Bosco foi recuperada; a provedoria foi convencida da importância da obra por insistência do historiador Waldemar Tavares Jr., membro da Irmandade e último responsável pelo Centro de Memória. No mesmo ano, a gestão do prédio passa a ser administrada pelo CEETEPS.

O Prof. Waldemar foi um dos responsáveis pelo projeto de implantação e revitalização do Centro de Memória no período de 1997 à 2008, e pela organização do Evento Comemorativo aos 100 anos da Escola, em parceria com a Profa. Daisy e com o apoio da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Infelizmente, consolidando a situação de descaso, em 2011, a sala que abrigava o Centro de Memória, foi transformada em almoxarifado e os arquivos transferidos sem nenhuma organização, tombo, referência ou acesso a inventário, apesar de depositados em dois arquivos tipo deslizante, adquiridos através de verba advinda da FAPESP. Impossibilitando o acesso à consulta.

3.1.2 O prédio: estado atual de conservação do bem

As imagens foram coletadas no período de 2008 à 2012, e ilustram o desrespeito ao Patrimônio.



Figura 41:

Parte da fachada da Casa do Diretor em 2011.

Fonte:
Produzido pela autora

Figura 42:

Fachada da casa do diretor em 2011, e ao fundo (à esquerda) o prédio da antiga lavanderia atualmente almoxarifado da FATEC “Rubens Lara”.



Esta imagem mostra os tipos de madeira importados no início de século passado, se decompondo por infestação de cupins.



Figura 43:

Tipos de madeira deteriorados por cupins

As fotos a seguir, demonstram o estado atual do patrimônio, a ausência de conservação do bem, a falta de cuidado com a placa da Av São Paulo, pois foi retirada da parede por Empreiteira que reformou o quadro de luz em 2010, contratada atendendo TAC – Termo de ajuste de conduta emitido pelo Ministério Público. Até o momento está desaparecida.



Figura 44:
Placa de bronze
Av. São Paulo 1934, em 2010.

Fonte:
Produzido pela autora em 2010

Vista frontal parcial do lado direito da Casa do Diretor, e ao fundo a direita parte do prédio do antigo Ginásio, atualmente quadro de luz. Na reforma realizada em 1933-1934, foi construído o prédio da gráfica, tendo nos autos a Oficina de Corte e Costura, tomando como estrutura o prédio onde inicialmente funcionou o Ginásio. Nesta foto é possível ver à direita o prédio da gráfica e ao centro o prédio do quadro de luz, que foi pintado parcialmente, após reforma no início de 2011. Ao perceber o desaparecimento da placa comuniquei imediatamente o Diretor, que na minha frente questionou a funcionária que acompanhou o serviço da empreiteira, porém me respondeu que não queria mais saber dessas velharias. No mesmo mês, indeferiu meu projeto de atuação junto ao Centro de Memórias.



Figura 45:
Lado direito da fachada da casa
do diretor em 2011.

Fonte:
Produzido pela autora em 2011

Figura 46:
Parede sem a placa em 2011.

Fonte:
Produzido pela autora em 2011



Figura 47:
Detalhe parede sem a placa em 2011.

Fonte:
Produzido pela autora em 2011

Na foto a seguir é possível identificar ao fundo o desrespeito à área envoltória do complexo arquitetônico. A obra do Grupo Mendes acarretou diversas rachaduras no prédio da atual ETEC “Aristóteles Ferreira”. Percebe-se também o prédio da lavanderia de 1908, pintado de cor diferente à original. Outra irregularidade é a placa cobrindo a fachada do patrimônio. Analisando a situação atual do bem, em relação as políticas e ampla legislação, não foram suficientes e eficazes para evitar a deteriorização do bem, percebe-se que a área envoltória não foi respeitada, inclusive ocasionando no decorrer de 2011 e 2012, diversas rachaduras no prédio da ETEC “Aristóteles Ferreira”, pertencente ao complexo arquitetônico do Instituto D. Escholastica Rosa e aproximadamente a 25m deste gigante de concreto, construída no leito do Rio Conrado, onde Julio Conceição relata ter colocado grande quantidade de aterro entre 1904 e 1906. Como esta pesquisa teve a intenção de identificar documentos, não foi possível analisar esta problemática mais profundamente, porém creio que há necessidade de estudos mais aprofundados, para que se garanta a preservação e conservação do bem.



Figura 48:
Vista parcial da lateral esquerda
do prédio em 2012.

Fonte:
Produzida pela autora

Figura 49:
Vista parcial da lateral
esquerda do prédio em 2012.

Fonte:
Produzida pela autora



Constantes cuidados com a estátua e respeito e gratidão à memória do benemérito.



Figura 50:
Vista do pátio e estátua em
2008, ocasião da comemoração do
Centenário de Fundação do Instituto.

Fonte:
Produzida pela autora

3.2 Aspectos político-legais na preservação, conservação e proteção do bem histórico e cultural

A jornalista Olga Cano, entrevista Pedro Ramirez Vasquez, Presidente do comitê do organizador da COLMOS-MEXICO-1999 no artigo O Patrimônio da Humanidade: Patrimônio de Todos, destaca:

Critérios para reconhecimento como Patrimônio Cultural perante a UNESCO:

1. Por ser uma obra única, executada por um gênio criador;
2. Por ser uma obra de influência em outras manifestações artísticas, em um lapso de tempo ou em uma era cultural;
3. Por ser única e extremamente rara e por ser de grande antiguidade;
4. Por ser uma mostra de um tipo de estrutura ou representativo de uma cultura, grupo social, tecnologia, de um desenvolvimento científico ou industrial;
5. Por ser exemplo de um estilo tradicional de arquitetura, de um método ou tipo de construção, ou característica de um assentamento humano.
6. Por ser representativo de uma ideia ou crença de um grupo de pessoas, ou por sua importância histórica.

Assim mesmo, se leva em conta o estado de conservação em que se encontra, com referência aos exemplos similares ou contemporâneos da construção de uma obra e os seguintes fatores:

Autenticidade do desenho original, materiais, mão de obra e construção.

Podemos considerar que tem sido modificado e esta modificação tem um valor artístico. Ter uma proteção legal para garantir sua conservação.

Preservação e Conservação

UNESCO (1954) - Convenção de Haia, define bens culturais e em seu preâmbulo que os atentados contra esses bens constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, haja vista que todo o povo dá a sua contribuição para a cultura mundial. Em seu artigo 1º, aborda aspectos relacionados a proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado;

UNESCO (1970) - Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais;

Proteção

UNESCO (1972) – Convenção relativa à proteção do patrimônio Mundial Cultural e Natural, considerando patrimônio cultural, monumentos, conjuntos e os lugares notáveis.

Constituição Federal

Definição – A Constituição Federal, Art. 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Preservação, Conservação e Proteção

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Leis Federais:

Definição – O decreto lei 25 de 1937, define patrimônio em seu Artigo 1º

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

O decreto lei 25 de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico Nacional.

O Direito a propriedade e o interesse público, relações público privado. Código Civil, lei 10.406/2002. Classificação dos Interesses: públicos, privados e metaindividuais ou difusos, sendo que patrimônio cultural se enquadra na ultima categoria.

Leis Estaduais

Lei Estadual 815/1996 – Cria a Unidade Regional da Baixada Santista

Leis Municipais

Lei 88/1985 – Cria a secretaria da cultura

753/1991- cria o conselho municipal

103/85, regulamentada pelo decreto 359/1986 – Disciplina o processo de tombamento no município de Santos, e coube a comissão deliberar sobre o tombamento de bens

Decreto 510/1987

Dec 906/1989, com fundamento no plano diretor do município lei 3.529/1968 Art. 3º.

Lei 640/1989 – Estabelecendo o código tributário do Município, isenção de IPTU para prédios de interesse histórico

Lei orgânica do Município 1990 art. 210. Define patrimônio.

3.3 Documentação referente ao tombamento do Instituto Dona Escholastica Rosa

Nível Federal

Não foi identificado processo junto ao IPHAN, porém o tombamento é apenas um ato administrativo. A Constituição Federal, Leis e Decretos estabelecem outras formas de acautelamento do bem, que independem do prévio tombamento.

Nível Estadual

O tombamento junto ao processo. CONDEPHAAT 653/2011 de 28/12/2011. CONDEPHAAT, Dra. Fernanda F. Bandeira de Mello, notifica que em sua sessão ordinária de 10 de outubro de 2011, Ata nº 1645, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou pelo tombamento da Escola Técnica Estadual Dona Escolástica Rosa (antigo Instituto Escolástica Rosa), situada à Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 111, em Santos.

Nível Municipal

O tombamento da Escola Estadual de Segundo Grau "Dona Escolástica Rosa", situada à Av. Bartolomeu de Gusmão n.º 111, CONDEPASA, Livro Tombo 01, inscrição 15, folha 3, Proc. 34436/91-02, Resolução SC 02/92 de 25/01/92.

3.4 Quadros de documentos analisados

– Quadro 10 –				
Lista de Documentos analisados				
Ano	Tipo de documento	Elaborado por	Descrição	Fonte
1899	Testamento (5 páginas)	João Octavio dos Santos	O testador nomeia Julio Conceição testamenteiro e dentre outras providências, cria a partir de parte de seu espólio o Instituto, e estabelece detalhadamente sua finalidade e a quem se destina, provendo-lhe sustento para manutenção perpétua. (Conforme plantas de 74 imóveis em anexo à monografia de Julio Conceição. A liquidação se deu em 1908, com a prestação final de contas, conforme laudo de perito e sentença judicial assinada por Primitivo de Castro R. Sette-Juiz de Direito da 1ª. Vara).	Conceição. Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908
1904	9 plantas e folha de rosto	Escritório do Dr. Ramos de Azevedo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fachada ao mar 2. Planta Geral 3. Administração 4. Economia 5. Alojamento dos alunos 6. Residência do professor e pessoal (Vista geral da fachada) 7. Residência do diretor e pessoal com suas dependências (planta plana) 8. Ginásio e lavanderia (fachada) 9. Ginásio e lavanderia (planta plana) 	Conceição, Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908
1907	Monumento Mausoléu João Octávio dos Santos	Sr. A. Zuni, do liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	Estátua do benemérito em bronze, erigida no pátio central do Instituto. Os restos mortais estão depositados em uma caixa na base do monumento abaixo da estátua	Observação em campo; Conceição, Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908

Elaborado pela autora

Ano	Tipo de documento	Elaborado por	Descrição	Fonte
1907	Regulamento (15 páginas)	Júlio Conceição	<p>Regulamento do Instituto, baseado no testamento e em pesquisas efetuada em estabelecimentos congêneres, elaborado com contribuições do primeiro diretor Sr. Francisco Xavier Moretz-Sohn.</p> <p>- ORGANIZAÇÃO I) Disposições Creatoras II) Matrícula III) Tratamento aos alunos IV) Enxoval V) Desligamento dos alumnos Disposições geraes</p> <p>- ENSINO I) Cursos e divisões II) Exames Disposições geraes</p> <p>- PESSOAL I) Pessoal administrativo II) Corpo docente III) Médico e dentista IV) Vagas e preenchimentos V) Vencimentos do pessoal VI) Atribuições Disposições geraes</p>	Conceição. Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908
1908	Ata de inauguração (1 página)	<p>Agenor Silveira</p> <p>(Secretário do Instituto) e assinada pelos presentes</p>	Ata descrevendo o evento ocorrido às duas horas da tarde de 1º de janeiro de 1908. Dentre as personalidades presentes, estava o Juiz da 1ª Vara, o Dr. Primitivo, o qual acompanhou todo o processo de execução do testamento, o Dr. Ramos de Azevedo e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, intelectual, Membro da terceira geração da família dos Andradas.	Conceição, Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908

Elaborado pela autora

Ano	Tipo de documento	Elaborado por	Descrição	Fonte
1908	<p>Monografia</p> <p>293 páginas sendo 89 escritas por Julio, ilustradas pelas fotos do Instituto; mais os documentos anexos; plantas de todos os 74 imóveis e plantas do projeto de implantação</p>	<p>Julio Conceição</p>	<p>Biografia de João Octavio dos Santos</p> <p>- Capítulos: I) Explicação II) Razão da demora na conclusão da testamentaria III) Economias feitas IV) Demandas contra o espólio V) Liquidação dos legado, construção do Instituto, sua descrição VI) Reforma e melhoria dos prédios do patrimônio VII) Organização e feição humanitária e moral do Instituto VIII) Indiferença geral pelo assumpto IX) Localização X) Regulamentação XI) Agradecimentos XII) Prestação final de contas e outros assumptos XIII) Conclusão</p> <p>- Regulamento e lista do pessoal (dez/1907)</p> <p>- 47 documentos – descritos no quadro seguinte (1899-1908)</p> <p>- Ata de inauguração (jan/1908)</p> <p>- Lista de 74 imóveis com respectivas plantas elaboradas pelo eng. Dr. Nicolau Spagnuolo (1904)</p> <p>- Planta hídrica do local de instalação do Instituto (elaborado pela comissão de saneamento a pedido da Cia de Docas). (1904)</p>	<p>Conceição. Julio. Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia. Santos, 1908</p>

Elaborado pela autora

– Quadro 11 –			
Lista de documentos anexos que integram a Monographia de Julio Conceição			
Doc.	Data	Tipo	Assunto
01	14/11/1896	Procuração	Procuração de João Octavio dos Santos, legitimando Julio Conceição seu procurador.
02	12/12/1899	Testamento	Testamento de João Octavio, legitimando Julio Conceição como o executor do testamento etc.
03	Sem data	Ofício expedido	Ofício solicitando ao Presidente do Estado isenção de imposto de propriedade causa mortis (posteriormente negado, conforme exposição no cap. VIII da monografia).
04	08/03/1902	Ofício expedido	Ofício solicitando ao Intendente Municipal isenção de impostos e terrenos do espólio.
05	10/04/1902	Ofício expedido	Ofício solicitando ao Presidente e mais Vereadores da Camara Municipal isenção de impostos do espólio.
06	06/10/1902	Petição	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Provedoria, solicitando a restituição do elevadíssimo imposto pago.
07	19/06/1901	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara.
08	09/06/1903	Ofício expedido	Ofício expedido aos <i>Srs. Mezarios da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos</i> , solicitando a definição do local, dando 3 opções.
09	13/06/1903	Ofício expedido	Ofício do provedor da Santa Casa, José Proost de Souza, informando que o prédio deveria ser construído na Rua da Constituição, 83.
10	13/06/1903	Petição judicial	Ofício ao provedor solicitando que seja nomeada uma comissão com dois ou mais membros.
11	17/06/1903	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Provedoria, solicitando a inclusão nos autos do processo a formação da comissão pela santa casa e as divergências de opiniões na definição da local a ser construído o Instituto (docs. 09 e 10), citados acima.
12	20/08/1903	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Provedoria, solicitando a inclusão nos autos do processo seis plantas, comunicando tentativa de perturbação de posse por terceiro. (As plantas dos terrenos citados, mais além de 68 plantas de prédios urbanos com os respectivos terrenos integrantes do espólio, com índice numerando plantas e indicando o endereço, se encontram no final da monografia de Julio, antes das plantas de Ramos de Azevedo, com a folha de rosto: <i>PLANTAS DAS PROPRIEDADES PERTENCENTES AO ESPOLIO DO FALLECIDO JOÃO OCTAVIO DOS SANTO: MANDADAS LEVANTAR PELO TESTAMENTEIRO. TRABALHO DO ENGENHEIRO DR. NICOLAU SPAGNOLO, 1904</i>).
13	10/02/1904	Ofício expedido	Ofício enviado aos Srs. Membros da Administração da Santa Casa de Santos, apresentando os três projetos de construção, com respectivos orçamentos, apresentados pelo Eng. Nicolau Spanolo.

Elaborado pela autora

Doc.	Data	Tipo	Assunto
14	10/03/1904	Ofício expedido	Ofício do provedor da Santa Casa, José Proost de Souza e João N. Freire, analisando as possibilidades e dificuldades de cada um dos projetos propostos e informando que o prédio deve ser construído na Ponta da Praia.
15	14/03/1904	Ofício expedido	Ofício enviado aos Srs. Membros da Administração da Santa Casa de Santos, acusando o recebimento do ofício (doc. 14), acima, e que a comissão tinha opinando por unanimidade, para que o Instituto fosse localizado no Ramal da Ponta da Praia, chacara em que residiu o benemérito testador. (Analisei que Julio utiliza o termo opinado ao invés de decidido, por não considerar o local adequado? e o poder decisório não estar somente com a mesa administrativa da Santa Casa)
16	19/03/1904	Ofício expedido	Ofício enviado aos Srs. Membros da Administração da Santa Casa de Santos, acusando ter recebido os ‘croquis’ relativo ao edifício a ser construído.
17	22/03/1904	Ofício expedido	Ofício enviado ao Chefe Comissão Sanitária, solicitando parecer dos médicos sobre a salubridade do local.
18	22/03/1904	Ofício expedido	Ofício enviado ao Chefe Comissão de Saneamento, solicitando parecer dos médicos sobre a salubridade do local.
19	24/03/1904	Ofício expedido	Ofício recebido do Chefe Comissão Sanitária, a qual conclui que o local necessita de previa execução de grandes e completas obras de saneamento na referida zona.
20	24/03/1904	Ofício expedido	Ofício recebido do Engenheiro Chefe, José Pereira Rebouças, da comissão de saneamento de Santos se colocando a disposição, esta Comissão está prompta a fornecer cópias dos documentos graphics existentes à questão [...].
21	04/09/1904	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, solicitando autorização para compra de imóvel para complementar o espaço no valor de quinze contos de reis, negociado por diversos membros da mesa da Santa Casa, conforme documentado na petição e conforme planta e cálculo do engenheiro Sr. Dr. Ramos de Azevedo.
22	16/07/1904	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, informando que Ramos de Azevedo enviou duas Plantas, que a escolhida necessita da compra de 44 metros de terreno anexo.
23	22/08/1904	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, solicitando autorização para compra de imóvel para complementar o espaço, conforme planta e cálculo do engenheiro Sr. Dr. Ramos de Azevedo.
24	03/09/1904	Ofício expedido	Ofício expedido a Guilherme Álvaro, chefe da comissão sanitária, pedindo providências no que fosse necessário para resolver problemas relativos ao saneamento do local. (Não á documento que comprove resposta, talvez por não for de sua alçada e competência.)
25	01/02/1906	Parecer judicial	Parecer do Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara. Com os pareceres, volte. Santos 6-2-906. ‘Roiz Sette’.
26	09/02/1906	Parecer judicial	Parecer ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, sobre o requerimento anexo doc. n 25.

Elaborado pela autora

Doc.	Data	Tipo	Assunto
27	05/05/1906	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, solicitando juntar aos autos, informações do inventário.
28	12/05/1906	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, solicitando juntar aos autos, informações do inventário e nova planta proposta por Ramos de Azevedo.
29	--/05/1906	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, informando que o projeto de linha dos bondes poderiam prejudicar o espólio.
30	31/01/1901	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara, para ereção de mausoléu em campa que foi sepultado João Octavio dos Santos, no cemitério do Paquetá.
31	05/11/1904	Ofício recebido	Ofício recebido do provedor da Santa Casa, José Proost de Souza, respondendo a solicitação de remoção de restos mortais de João Octavio, ficou combinado aguardar a época precisa para remoção de restos mortais.
32	10/05/1905	Ofício expedido	Ofício ao Provedor e mais membros da meza administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santos, tratando a estátua de bronze e seu orçamento, para homenagear o benemérito.
33	01/07/1905	Ofício recebido	Ofício do provedor da Santa Casa, José Proost de Souza, discutindo os detalhes sobre a ereção da estátua.
34	17/07/1906	Ofício expedido	Ofício expedido ao Consistório da Irmandade N. S. do Rosario Aparecida, do Sr. B.G.O, sobre a retirada de restos mortais de João Octávio, pois a campa está vencida, dando prazo de 15 dias.
35	19/07/1906	Ofício recebido	Ofício recebido da meza administrativa da Irmandade N. S. do Rosario Aparecida, do Sr. B.G.O., informando que recebeu a solicitação de permanência de restos mortais do finado João Octávio, em campa vencida, porém questiona algum pagamento, pois João Octávio havia legado sua fortuna em benefício à infância desvalida.
36	23/07/1906	Ofício expedido	Julio acusa receber ofício da Meza administrativa da Irmandade N.S. do Rosario Aparecida, do Sr. B.G.O, informando que os restos mortais devem permanecer na campa, mesmo vencida, aguardando a estátua, não poderia pagar ao cemitério, pois lesaria o patrimônio.
37	30/06/1906	Ofício expedido	Julio solicita que os restos aguardem em urna, pois a testamentaria, luta pela mais rigorosa economia.
38	14/01/1907	Petição judicial	Petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.
39	20/10/1907	Ata	Acta de deposito e encerramento dos restos mortaes de João Octavio dos Santos. Inclui duas fotos da solenidade e lista de objetos que estão dentro da caixa.
40	21/07/1906	Ofício expedido	Ofício ao Provedor da Santa Casa, tomando ciencia de ter sido nomeada nova comissão para acompanhar o andamento que da execução do testamento do benemérito.
41	17/04/1907	Petição judicial da Santa Casa	Petição da comissão da Santa Casa, ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.
42	02/05/1907	Petição judicial	Resposta ao doc. 41 ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.
43	05/06/1907	Petição judicial da Santa Casa	Petição da comissão da Santa Casa, ao Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara.

Elaborado pela autora

Doc.	Data	Tipo	Assunto
44	30/06/1907	Petição judicial	Resposta ao doc. 43.
45	08/07/1907	Ofício enviado	Ofício enviado aos Membros da Comissão da Santa Casa junta às obras do Instituto.
46	18/07/1907	Ofício recebido	Ofício recebido dos membros, confirmando presença para inspeção, dia 19 de julho de 1907.
47	21/05/1907	Comunicado recebido	Comunicado da Seção de obras das Intendencia Municipal.
Sem nº	01/01/1908	Ata	Acta da Inauguração: Instituto D. Escholastica Rosa.

Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES

1. O Prédio e os Documentos atendem a todos os parâmetros e características que lhe conferem as aspectos Monumentais, sugeridos pelo Comitê da UNESCO para o reconhecimento como Patrimônio da humanidade;
2. Analisado o contexto sócio-ambiental, político-legal e econômico do período, as modalidades de ensino ofertadas pela instituição, projeto pedagógico e a organização do tempo e do espaço segundo análise do regulamento, fotos, plantas, observação e depoimentos, percebi que o ensino profissional dedicado ao ideário da infância pobre, desvalida e de preferência meninos órfãos, numa perspectiva de atender a esta demanda social, mas por outro lado, era também necessário formar mão de obra para atender aos interesses de quem detinha o capital;
3. A política de investimentos públicos em ensino profissional de interesse público, levou à institucionalização do ensino profissional público do Estado de São Paulo, em 1911. Julio Conceição, em 1888, na condição de vereador na Cidade de Santos, apresentou projeto propondo a criação de Escola Profissional, foi um incompreendido visionário. Julio Conceição criticava que o Governo do Estado de São Paulo só investia em bacharéis e que a sociedade necessitava de profissionais sapateiros, carpinteiros, serralheiros, alfaiates, tipógrafos e encadernadores, etc;
4. O prédio e implantação da cultura do Ensino Profissional, em 1908 foi a solução encontrada pelos intelectuais e políticos da época, mencionados no decorrer desta pesquisa, como resposta a grande crise sanitária da cidade de Santos, ocasionando grande número de óbitos e de crianças órfãs. O Instituto foi a solução encontrada para resolver tais problemas, em especial o da infância desvalida, problemas de higiene, pois o prédio foi construído observando as Normas da arquitetura Escolar, contentamplando assim no Espaço e na Cultura as regras da higiene, tão valorizadas, pois era caso de vida ou morte de toda a população Santista. Especializando a mão de obra, pois até então, o ensino profissional era praticado no Brasil apenas em presídios, foi uma tendência na época, pois este modelo de ensino tinha sido praticado nos anos anteriores na França com sucesso;
5. A Arquitetura Escolar, segundo preceitos higienistas e didático pedagógicos, conforme diretrizes e normas, no modelo francês de 1880, aliada ao desenvolvimento urbano e

social que ocorreram naquele período, com recursos oriundos da riqueza do café, principal atividade econômica no Estado de São Paulo naquele período, estão perpetuadas no Prédio do Instituto Dona Escholastica Rosa, e na memória dos que lá estudaram trabalharam, visitaram, ou simplesmente, passaram na frente dele, o qual sem dúvida, constitui patrimônio arquitetônico, histórico e cultural: material e imaterial;

6. Em relação aos principais suportes materiais desta pesquisa, com a legislação vigente:
 - São considerados Monumentos Documentos:
 - a) O prédio do Instituto Escholastica Rosa (1908);
 - b) A estátua de João Octávio dos Santos, localizada no centro no Instituto.
 - São considerados Documentos Monumentos;
 - a) O Testamento do benemérito;
 - b) A Monographia de Julio Conceição.
7. Os documentos pertencentes ao Centro de Memórias são Monumentos a serem conservados e preservados e que abordagens pedagógicas relativas à educação patrimonial devem ser instituídas;
8. O constante desaparecimento de objetos e documentos, assim como a desativação do Centro de Memórias, caracterizam crime ambiental, estando sujeitos tanto a instituição - CEETEPS, quanto a gestão anterior e atual da ETEC “Dona Escolástica Rosa”, às penalidades previstas na lei de crimes ambientais;
9. Os mecanismos jurídicos e políticas ambientais são detalhados, complexos, completos e claros, porém ineficientes. Só através, da Educação, da Cidadania, da Educação Patrimonial será possível transformar este cenário de destruição e ignorância;
10. O prédio pertencente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, atualmente administrado pelo CEETEPS, possui tombamento completo em nível Municipal - CONDEPASA, e junto ao Governo do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT e não foi localizado processo de tombamento em nível Federal - IPHAN. Porém a Constituição Federal dispõe de mecanismos jurídicos que conferem ao bem, formas de proteção que independem de tombamento.

Referências documentais (fontes primárias):

- ÁLVARO, Guilherme. *A campanha Sanitária em Santos: suas causas e efeitos*. Santos, 1919.
- BRASIL. Decreto-lei 25 de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil: Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 28 jun. 2012.
- CONCEIÇÃO, Julio. *Instituto D. Escholastica Rosa: Monographia*. Santos. 1908.
- SANTOS, João Octavio do. *Testamento*. Santos, 1889.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Wilma Therezinha. *Santos: Urbanismo na época do café*. (1889-1930), Tese de Doutorado-USP. São Paulo, 1995.
- _____. Dr. Guilherme Álvaro: um paladino da saúde. In: *Revista da academia Santista de Letras*: Santos: n. 5.ano V jun 2008, p. 432-441.
- BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura, Espaço Escolar e Cultura Material. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). *Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 103-128.
- _____. Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (org). Estudo 5: *Desafios da Arquitetura Escolar: construção de uma temática em História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 p. 111-126.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. 19 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves: Petrópolis. Vozes, 2012.
- _____. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira da História da Educação* n1. p. 9-43. Jan/jun, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: ed. Unicamp, 2008.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passo Fundo: UFP, 2000.
- GERODETTI, João Emílio e CORNEJO, Carlos (orgs.). *Lembranças de São Paulo: o litoral Paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, 2001.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Julio Conceição, um grande homem. In: *Leopoldianum*. Santos, 1990, v. XVI, n. 47, p. 13-22, abril de 1990.

_____. *O comércio cafeeiro na praça de Santos: O comissário de Café (1870-1920)*. Santos: Leopoldianum, 1995.

_____. *Santos nos caminhos da Educação Popular (1870-1920)*. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal e ALVES, Júlia Falivene (orgs.). *CENTRO PAULA SOUZA. Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)*. São Paulo: IMESP, 2002.

WOLF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ANEXO I

Lista de títulos do acervo da biblioteca

Fonte: Conceição (1908)

- A Historia do Brasil, ensinada pela biographia de seus heróes, Silvio Romero.
- O ensino technico no Brasil, Tarquínio de Souza Filho.
- Desenho e Pintura, Manoel de Macedo.
- Gymnastica, Paulo Lauret.
- Hygiene, Dr. José Cesario de Lacerda.
- Guia de Foot-Ball (illustrado) para 1906.
- O coração, Edmundo de Amicis.
- O livro de meus filhos, Paul Doumer.
- O character, Samuel Smiles.
- Maximas, Pensamentos e Reflexões, Marques de Maricá.
- Manual do bom tom, Luiz Verardi.
- Civilidade, Antonio Maria Baptista.
- Pensamentos Pedagogicos, Theodoro John.
- Contos para meus discípulos, Charles W. Armstrong.
- O Gafanhoto, João Pestana, volumes 29 e 33.
- O Preceptor da Infancia, regras de civilidade para os meninos, Carlos Silva.
- Novo Secretario Portuguez, J.I. Roquete.
- Nouveau Larousse Illustré, encyclopedia em 7 volumes, com gravuras e estampas a cores.
- A verdade sobre as bebidas alcoólicas e o modo de combater o alcoolismo, Dr. Domingos Jaguaribe.
- Arte de formar homens de bem, idem.
- Os herdeiros de Caramurú, idem.
- Reflexões sobre a colonização no Brasil, idem.
- Homens e idéas no Brasil, idem.
- O Municipio e a Republica, idem.
- Revista Util, idem.
- Instituto Psicho-Physiologico de São Paulo, idem.
- Conferencia em prol da autonomia municipal, idem.
- Conferencia realizada em S. José do Rio Pardo, idem.
- Radiação dos effluvios humanos, idem.
- Estudo de Psychologia-Physiologica, idem.
- Monographia a respeito do alcoolismo e seu tratamento pelo hypnotismo e a suggestão, idem.

- La radiation des effluves humains, idem.
- Memoria apresentada á Sociedade Protectora dos Animaes, de São Paulo, pelo Dr. J.P.Silveira Cintra.
- Arithmetica Pratica, A. Cunha Rosa.
- Geometria no Espaço, idem.
- Elementos de Chimica, Pedro Prostès.
- Elementos de Physica, idem.
- Algebra, Guilherme Ivens Ferraz.
- Desenho Linear, A. Cunha Rosa.
- Elementos de Geometria Plana, idem.
- Edificações, João Emilio dos Santos Segurado.
- Arte Antiga, João Ribeiro Christino da Silva.
- Arte Medieval, idem.
- Industria da Seda, João Faustino Masoni da Costa.
- Industria de Ceramica, Joaquim de Vasconcellos.
- Industria do Vidro, Pedro Prostès.
- Industrias de Illuminação, Antonio Luiz Soares Duarte.
- Elementos de Mecanica, Eugenio Estanislau de Barros.
- Elementos de Projecções, João A. Piloto.
- Elementos de Electricidade, Alberto de Castro Ferreira.
- Manual do conductor de machinas, Carlos Pedro da Silva.
- Desenho de machinas, Thomaz Bordallo Pinheiro.
- Problemas de machinas, Antonio J. Lima e Santos.
- Materiaes de construcção, João Emilio dos Santos Segurado.
- Nomenclatura de caldeiras, João do Pinho e Luiz Folhas.
- Nomenclatura de machinas, João do Pinho e Antonio de Lima e Santos.
- Metallurgia, Bibliotheca de Instrucção e Educação Profissional.
- Torneiro Mecanico, João Santos.
- Fiação e Tecelagem, Henrique Syder.
- Terraplanagem e alicerces, João Emilio dos Santos Segurado.
- Construcção Naval, Eugenio Estanislau de Barros e A. Ferreira de Freitas.
- A Hulha, Bibliotheca de Instrucção e Educação Profissional, Lisboa .
- Manual do Fundidor, Henrique Francem da Silveira.
- Manual do Ferreiro, Carlos Pedro da Silva.

- Escripção Commercial-Industrial, Severino Ivens Ferraz.
- Botanica, Guilherme de Souza.
- Agricultura, idem.
- Cultura dos Campos, Dr. J. F. de Assis Brasil.
- Manual do Agricultor, Fernando Mendes.
- Manual de Arboricultura, Alexandre de Souza Figueiredo.
- A Horta, Joaquim Casimiro Barbosa.
- Manual do Jardineiro, anonymo.
- Manual da Florista, Beatriz Nazareth.
- Guia de Floricultura Pratica, Frederico Daupias.
- A Cultura das Abelhas, Paulo Salles.
- Abelhas e Mel, A. L. Clement e L. Iches.
- L'Agriculture pratique des pays chauds, 7^o année, Aout 1907, n. 53. Collecção do Journal d'Agriculture Tropicale.
- Catalogos da Fauna Brasileira. Vol. 1^o-As aves do Brasil. Dr. Hermann Von Ihering e Rodolpho Von Ihering.
- Notas preliminares, editadas pela redacção da Revista do Museu Paulista.
- Necessidade do ensino da hygiene rural, Dr. Dias Martins.
- Cosinheiro Nacional, anonymo.
- O Cosinheiro Popular, ou Manual completo da arte da cosinha, A. S. Q.
- Manual da Cosinheira, anonymo.
- A sciencia no lar moderno, nova collecção de receitas de doces, etc. D. Eulalia Vaz.
- Tratado completo de cosinha e copa. Carlos Bento da Maia.
- O cosinheiro dos cosinheiros, anonymo.
- Manual completo do cosinheiro, idem.
- Manual do confeitoiro e pasteiro, idem.

ANEXO II

Lista do pessoal administrativo e do corpo docente do Instituto D. Escholastica Rosa (1908)

Fonte: Conceição (1908)

Eis a lista do pessoal administrativo e do corpo docente do Instituto, por mim organizada, que offereci á apreciação dos srs. Representantes da Santa Casa em 25 de Dezembro de 1907, merecendo seu assentimento para expedir os competentes títulos de nomeação.

A lista foi exhibida com a exposição das aptidões do pessoal, na forma seguinte: Director, DR. FRANCISCO XAVIER MORETZ-SOHN, ex-director do collegio “Culto á Sciencia”, de Campinas, hoje gymnasio official, fundador do antigo “Collegio Moretz-Sohn”, de S.Paulo, e actualmente magistrado aposentado.

-X-

Secretario guarda-livros e professor, JOAQUIM DE TOLEDO, ex-guarda livros no Rio, S.Paulo e Santos em bancos e em importantes casas commerciaes, membro da Associação dos Guarda-livros do Rio e sócio correspondente da de S.Paulo, ex-professor e vice-director do collegio “Culto á Sciencia”, de Campinas, e auctor de vários livros de ensino escolar.

-X-

Professor FRANCISCO DE PAULA CAIAFFA, bacharel em sciencias e letras pelo gymnasio official de S.Paulo, onde obteve grande numero de distincões pela sua competência, tendo dado as melhores provas como professor particular em varias casas.

-X-

Porteiro-almojarife, MANOEL EMILIO DA COSTA, foi 4 annos guarda da Alfandega de Santos, segundo official da Secretaria do Governo e da do Interior do Estado de S.Paulo, pelo tempo de 14 annos, supplente de auctoridade policial da 4ª circumscripção da Capital, apto também para substituir com vantagem, momentaneamente, o mestre marceneiro e carpinteiro.

-X-

DR.MANOEL MARIA TOURINHO, clinico de alta nomeada, sendo desnecessária qualquer referencia desenvolvida a respeito de suas aptidões profissionaes.

-X-

COMMENDADOR MANOEL HOMEM DE BITTENCOURT, cirurgião dentista diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de reconhecida competência, com acreditado gabinete nesta cidade, exercendo, desde há muito, o cargo de cirurgião dentista da Santa Casa de Misericordia, do Asylo de Orphams, de Mendicidade e Beneficencia Portugueza.

-X-

PATRICIO ADRIANO SOARES, diplomado pelo Instituto Nacional de Musica da Capital Federal, professor particular e regente de varias bandas.

-X-

PAUL CROCIUS, professor de gymnastica, esgrima, natação e outros exercicios physicos, com attestado do côsul da Belgica em São Paulo, antigo monitor do Instituto de Educação Physica, Mercxe, de Bruxellas, obteve o segundo premio no concurso internacional de espada de combate em Bruxellas (1904), portador de diversos títulos de apresentação que muito o recomendam, e finalmente, diplomado pela Escola de Horticultura e Agricultura de Vilvorde.

-X-

FOTO ERCOLANI, mestre-alfaiate, membro honorario das academias de córte de Paris e Dresden, com diploma de honra em Paris, diploma de 1º grão com medalha de bronze na Exposição Campeonaria Internacional de Foligno (Italia), e diploma de 1º grão com medalha de prata na Exposição Agricola, Industrial e Artística de Umbria (Italia). É inventor de um aparelho denominado "Somatometro", para tomar medidas exactas, sem necessidade de provas.

-X-

BERNARDO ANTONIO DE ALMEIDA, mestre-sapateiro, conceituado artista, estabelecido há 21 annos nesta cidade. Aprendeu a arte em Coimbra, Portugal, e como official trabalhou naquella cidade, na acreditada casa Condeixa. Preparou com vantagem muitos officiaes para a arte.

-X-

BENTO DE MENEZES, mestre-cosinheiro e confeiteiro, de reconhecida competência, foi cosinheiro da Maison Moderne e Grande Hotel, em São Paulo, em alguns restaurantes e varias casas particulares.

-X-

FRANCISCO DE OLIVEIRA, mestre-marcineiro e carpinteiro, habilitou-se no Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo. O attestado do director daquelle Lyceu faz-lhe as melhores referencias, não só quanto ao officio que aprendeu, como em relação á musica e escripturação, em que também se habilitou.

-X-

PROPERZIO NUTI, mestre-copeiro, com boas referencias, membro da Sociedade Genevrina Internacional de Arte Culinaria, da Belgica, foi em São Paulo empregado da Rotisserie Sportmann, Progredior, Hotel da Europa, Hotel de França e Club Germania.

Para complemento do pessoal iniciador dos trabalhadores do Instituto, ponderei faltar ainda conseguir, nas condições desejadas, um jardineiro-professor e um mestre-pedreiro.

Com esta apresentação, fiz ver aos srs. Representantes da Santa Casa que, com um pessoal assim competente e cioso de suas aptidões, por certo o andamento do Instituto seria perfeitamente regular e futuroso.

Sem duvida cada mestre ou professor será respectivamente um dos maiores interessados para que o alumno tenha um bom ensino e que honre a officina escolhida.